

AS GRAVURAS RUPESTRES DO MONTE FARO (VALENÇA, VIANA DO CASTELO) - UM EXEMPLO MAIOR DA ARTE ATLÂNTICA PENINSULAR

Lara Bacelar Alves

Universidade de Coimbra / CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Bolsreira de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) na Universidade de Coimbra
larabacelar@sapo.pt

Mário Reis

Fundação Cõa Parque/CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
marioreissoares@sapo.pt

ABSTRACT

On the northern fringes of Serra do Extremo, overlooking the valley of the river Minho, the hills of Monte Faro and Monte dos Fortes revealed an exceptional collection of prehistoric rock carvings belonging to the Iberian Atlantic Art tradition. In the late 1970s and early 1980s, A. Leite da Cunha e E. J. Silva studied here the well-known sites of Monte da Laje, Tapada do Ozão e Monte dos Fortes. Between 2013 and 2015, a new research project amplified the numbers to over one hundred carved rocks, amongst which 91 are dated to Late Prehistory. This allows us to acknowledge that this is the largest assemblage of Atlantic Art identified, so far, in Portugal. This paper, which inaugurates the dissemination of the research outcomes, reveals how the project was structured, the methodology adopted and offers a preliminary description of the archaeological sites.

Keywords: Late Prehistory; rock carvings; Minho valley; Atlantic Art

RESUMO

Nas faldas setentrionais da Serra do Extremo sobranceiras ao vale do Minho, as elevações do Monte Faro e Monte dos Fortes revelaram um acervo ímpar de gravuras rupestres pré-históricas pertencentes à denominada Arte Atlântica peninsular. Nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80 do século XX, A. Leite da Cunha e E. J. Silva documentaram aqui os conhecidos sítios do Monte da Laje, Tapada do Ozão e Monte dos Fortes. Entre 2013 e 2015, a prospeção arqueológica realizada no âmbito de um novo projecto de investigação nesta área, permitiu dilatar o acervo para mais de uma centena de rochas decoradas, entre as quais 91 de cronologia pré-histórica. É possível afirmar que estamos perante o maior conjunto de Arte Atlântica identificado, até hoje, em território português. Neste artigo, que inaugura a divulgação dos resultados, revela-se a estrutura do projecto, metodologia adoptada e um primeiro inventário descritivo dos sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Pré-história Recente; gravuras rupestres; Vale do Minho; Arte Atlântica.

INTRODUÇÃO

O projecto “Gravuras rupestres da Serra do Extremo no contexto da Arte Atlântica do Alto Minho”, delineado na sequência de uma avaliação prévia do potencial da área de estudo, visou desenvolver uma investigação assente nos princípios teórico-metodológicos da Arqueologia da Paisagem, sobre uma das grandes tradições de arte Pré-histórica do Noroeste peninsular¹.

Pese embora se mantenha alguma falta de consenso relativamente à designação destas manifestações artísticas, pertencentes ao grupo I da arte do Noroeste, segundo António Martinho Baptista (BAPTISTA 1983/84) e apelidados ‘petroglifos gallegos’, a norte da fronteira (PEÑA e REY, 2001) preferimos adoptar o termo ‘Arte Atlântica peninsular’. O comprometimento com este conceito prende-se com o facto dele remeter, por um lado, para a ideia da partilha de características comuns a esta tradição numa ampla área da fachada Atlântica europeia, recuperada na seminal obra de R. Bradley (1997). Por outro lado, remete para a asserção de que, no Noroeste peninsular, esta tradição terá evoluído de forma autónoma, após a sua adopção, recebendo influxos diversos, o que explica a inclusão de figuras zoomórficas e armas, pouco frequentes no repertório iconográfico das demais regiões: Irlanda, Escócia e norte de Inglaterra (ALVES 2009a).

À primeira vista, o desígnio da investigação poderia parecer tarefa difícil visto que não eram conhecidos, em território português, conjuntos alargados de gravuras rupestres, comparáveis com os que caracterizam a Arte Atlântica na Galiza ou nas Ilhas Britânicas. Contudo, verificava-se, pela primeira vez, a convergência de uma série de condições para a realização de uma pesquisa de cariz contextual que não haviam sido reunidas, até hoje, na investigação desta temática em Portugal. Para esta situação concorreram factores tão diversificados como o corte epistemológico a que se assistiu, nos últimos anos, com a natureza e devir de uma investigação que tendeu a valorizar o estudo monográfico de sítios individuais mas, igualmente, com a possibilidade de selecção de uma área de estudo dotada das características fisiográficas próprias do ambiente Atlântico do Noroeste, com uma paisagem bem preservada e um interessante quadro de referência anterior. A Serra do Extremo ou, mais concretamente, o seu *terminus* a norte, correspondente à zona do Monte Faro e vertente ocidental do Monte dos Fortes, pareceu-nos, assim, reunir condições propícias para a realização deste projecto.

Preconizou-se, como objectivo central, contribuir para a alteração do retrato vigente da Arte Atlântica em Portugal, considerada como uma extensão periférica dos chamados ‘petroglifos gallegos’ (BAPTISTA 1986; GUITIÁN CASTROMIL e PEÑA SANTOS 2007), pouco representativa, com escassos sítios conhecidos e muito dispersos. Embora estas manifestações se expandam cerca de 150 km para sul da fronteira, desde a bacia do Minho até à bacia do Vouga, limitadas, a nascente, pelo cordão montanhoso Galaico-duriense, a verdade é que o *corpus* consistia, de facto, em sítios isolados ou pequenos núcleos com um máximo de oito rochas decoradas, distribuídos de forma esparsa por toda a região (ALVES 2009a). Este cenário justificará a marginalização a que tem sido votado o acervo português pela investigação nas demais regiões europeias.

Vale a pena recordar que o primeiro *corpus* publicado na Galiza incluía 150 sítios e 250 rochas gravadas (SOBRINO BUHIGAS 1935), enquanto que o primeiro inventário da arte rupestre portuguesa incluía apenas 7 sítios atribuíveis ao que hoje chamamos Arte Atlântica peninsular (PINTO 1929). Cerca de 80 anos mais tarde, esse número aumentou apenas para 36 e, embora se verificasse uma maior dispersão de pontos no mapa, eles correspondiam, na sua maioria, a ocorrências isoladas.

1 O projecto de investigação plurianual inscreve-se na categoria A do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, aprovado e autorizado pela Direcção Regional de Cultura do Norte mediante ofício nº S-2013/301195 (C.S. 838854) de 17/01/2013 – Processo nº DRP-DS/2012/00-00/20992/EIA/1332 (C.S: 107867) e desenvolveu-se no cumprimento do programa de trabalhos de bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)-POPH/FSE atribuída a um de nós (LBA).

Na realidade, mantinham-se as duas grandes lacunas que impediam que se abandonasse a ideia do carácter periférico do território português: em primeiro lugar, o reduzido número de rochas identificado e, em segundo, a ausência de um grande conjunto à escala de uma unidade de relevo, comparável aos que ocorrem a norte do rio Minho.

Hoje é possível declarar que 2015 foi um ano de viragem: o ano da plena afirmação da Arte Atlântica em Portugal. Para isso contribuíram os resultados do recentemente divulgado *Corpus virtual de arte rupestre do noroeste português*, que permitiu acrescentar cerca de uma centena de rochas decoradas ao acervo português e definir núcleos mais alargados em sítios já conhecidos².

A segunda lacuna foi colmatada com a ampliação do complexo do Monte Faro que agora se dá à estampa. Desta investigação resultou, até finais de 2015, a identificação de 12 sítios, somando um total de 122 rochas com gravuras rupestres, 91 das quais pertencentes à tradição de Arte Atlântica peninsular³. Temos, porém, consciência de que está longe de ser um inventário completo visto que não só persistem áreas com potencial que não puderam ser visadas, como também se pode adivinhar que, sob a vastidão dos tojais que grassam pelas encostas, muitas gravuras haverá por identificar.

CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA ÁREA DE ESTUDO

“Olhando as serras, a energia do relevo manifesta-se no modelado granítico decorrente dos longos processos de erosão, alteração e deposição que conferem à paisagem o seu típico contraste entre a rocha viva das cumeadas, os blocos que erraticamente preenchem as encostas abruptas entre a vegetação rasteira e a placidez das chãs que avançam para poente nos sopés das vertentes”. Orlando Ribeiro, 1945.

Tomando em consideração os objectivos deste estudo e o questionamento que lhe está na base, a eleição da área geográfica deveria obedecer a determinados pressupostos. Primeiro, deveria reunir um elevado potencial para a descoberta de um conjunto de sítios suficientemente alargado que viabilizasse uma investigação inspirada nos princípios da Arqueologia da Paisagem. Segundo, deveria tratar-se de uma unidade de relevo bem definida e circunscrita. Terceiro, deveria ser dotada de áreas bem preservadas sob o ponto de vista ambiental, que não tivessem sido afectadas pela florestação intensiva, para que se visse assegurada a boa conservação das superfícies rochosas.

Em todos estes aspectos, o Monte Faro, no *terminus* setentrional da Serra do Extremo, afigurou-se-nos ideal. Erguendo-se como um vasto esporão granítico sobranceiro ao vale do rio Minho, confina a norte, oeste e leste com os seus terraços fluviais (Fig. 1, 1) e impõe-se, de facto, como a elevação mais proeminente sobre margem esquerda, neste troço.

O Monte Faro e cumeadas adjacentes exibem o estilo de paisagem e modelado granítico típico das formas de relevo associadas ao Maciço Antigo. Observam-se as características superfícies de aplanamento superior, escarpas vivas com ângulos bem marcados na base, onde surgem montes de perfil cónico e colinas mais baixas, isoladas, que resultam do paulatino retrocesso do flanco montanhoso (*ibidem*).

Como é habitual na orografia destas serras, entrecortadas por inúmeras linhas de água, a transição dos terrenos mais baixos para os pontos culminantes é feita, em patamares sucessivos, por cabeços, esporões e áreas aplanadas. Os escalonamentos mais elevados revelam extensões

² Acção integrada no projecto FCT designado ENARDAS, dirigido por Ana Bettencourt. Disponível em linha: <http://cvam.org>

³ ALVES e REIS 2014. Este foi um projecto auto-financiado, tendo os signatários sido os únicos responsáveis pelo trabalho de campo e de gabinete. Porém, o projecto beneficiou da prestimosa colaboração de Hugo Pires e Joana Valdez-Tullett, para o processamento informático preliminar dos registos digitais tridimensionais de cerca de duas dezenas de rochas decoradas.

de rocha nua e ‘castelos de rocha’, com encostas abruptas, polvilhadas de blocos resultantes da desagregação do afloramento granítico. Nos escalonamentos médios e baixos, elas são rematadas pelas chãs e outeiros que se salientam pelas suas formas vigorosas.

As superfícies graníticas distribuem-se pelos diferentes patamares da serra conformando ora caos de blocos, ora massas contínuas rasas ao solo. Não é, por isso, surpreendente que se assinale alguma variabilidade topográfica na implantação dos sítios com arte rupestre, em altimetrias diversas, desde as zonas mais baixas, na Quinta da Barreira, até à alta encosta do Monte dos Fortes. Apenas não foram identificadas ocorrências de cronologia pré-histórica sobre as linhas de cumeada.

A área de estudo que, no seu todo, perfaz cerca de 26 km² abrange o Monte Faro, a noroeste e a vertente ocidental do Monte dos Fortes, a sudeste. Curiosamente, ambas as elevações erguem-se à cota dos 563 m a.n.m., embora o último se revele menos expressivo na paisagem.

No que respeita à componente litológica, o granito alcalino de grão médio de duas micas é ladeado por duas manchas de rochas sedimentares (TEIXEIRA e PERDIGÃO 1962). As rochas ígneas ocupam os escalões mais altos das vertentes ocidentais e uma extensa mancha na vertente norte do Monte Faro. É, naturalmente, o ambiente granítico que conserva a maioria das gravuras rupestres de cronologia pré-histórica, mas não em exclusivo. Surpreendentemente, elas surgem também nas vertentes médias e baixas da encosta ocidental, onde aflora o ortognaisse de Gandra. Trata-se de uma intrusão de rocha metamórfica que se estende, no sentido noroeste-sudeste, ao longo de um corredor de 11 km. Seguindo este mesmo alinhamento mas, desta feita, sobre a linha de cumeada do Monte Faro, ocorre uma outra mancha onde predominam xistos e filitos.

Administrativamente, a área de estudo localiza-se no distrito de Viana do Castelo, concelho de Valença, e abrange as uniões de freguesia de Gandra e Taião, Gondomil e Sanfins e as freguesias de Ganfei e Verdoejo.

ANTECEDENTES - BREVE HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO MONTE FARO E MONTE DOS FORTES

Foi prosseguindo informações orais e uma nota sobre a existência de ‘pinturas’ rupestres no sítio do Escampado, freguesia de Gandra, inscrita na Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal folha 1-A da autoria de Carlos Teixeira, que Eduardo Jorge Silva e Ana Leite da Cunha iniciaram trabalhos conducentes à identificação de sítios com arte rupestre nesta área do concelho de Valença. Estes decorreram sob os auspícios do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP), entidade que foi incumbida de realizar um levantamento arqueológico na região pela Direcção-Geral do Património Cultural, e tiveram início nos dias 6 e 7 de Janeiro de 1979⁴.

Pese embora, à época, não tenham sido registadas ocorrências no sítio do Escampado por não ter sido possível localizar o topónimo, identificaram-se, através de informações orais, três rochas decoradas no Monte dos Fortes, uma no Monte da Laje e uma outra na Tapada do Ozão (CUNHA e SILVA 1980). Posteriores visitas permitiram aumentar o número de registos para nove⁵. Poucos anos mais tarde foi dado à estampa na revista ‘Arqueologia’ do GEAP, o estudo circunstanciado do sítio do Monte da Laje (SILVA e CUNHA 1986), não tendo as demais merecido idêntica publicação monográfica.

Desde então, as rochas do Monte dos Fortes, Monte da Laje e Tapada do Ozão figuram, juntamente com a Bouça do Colado, como os sítios mais representativos da então chamada ‘Arte do

⁴ Curiosamente, a primeira visita de reconhecimento do terreno destinada a aferir a viabilidade do nosso projecto, decorreu no dia 7 de Janeiro de 2012, ou seja, 33 anos mais tarde.

⁵ O artigo publicado é omissivo relativamente à localização de algumas destas, nomeadamente das rochas da Regata I e II, Ozão II e III. Segundo informadores locais o topónimo Regata corresponde a uma área hoje ocupada por um extenso tojal, nas proximidades do núcleo II do Monte dos Fortes.

Noroeste' e sobre elas se fundamentaram teses e propostas cronológicas para a datação deste conjunto regional (BAPTISTA 1986; JORGE 1991).

Já nos finais da década de 90 do século XX, um artigo que, lamentavelmente, não teve a divulgação desejável, referia a existência de um conjunto mais alargado de rochas decoradas (NOVOA e SANROMÁN 1999). Esta publicação teve origem em incursões que prospectores galegos fizeram ao Monte Faro e nela se descrevem, sumariamente, os motivos presentes em cada superfície identificada mas não se incluem referências concretas à sua localização.

Em suma, as referências contidas nos trabalhos que antecederam este projecto indiciavam o potencial da área de estudo para ocorrência de uma ampla concentração de vestígios de arte rupestre e sua associação espacial a sítios arqueológicos de diferentes categorias, designadamente àqueles descritos no inventário nacional de sítios arqueológicos *Endovélico*, como 'povoados fortificados' (Picões e Alto do Escaravelhão), a duas necrópoles megalíticas (Chã do Marco da Quebrada e Chã da Fonte de Volide) e a uma mamoa isolada, Mondim de Baixo, que debalde se tentou relocalizar. Partiu-se, então, para as acções no terreno com informações de teor muito diverso mas que denunciavam a presença de mais de duas dezenas de rochas decoradas. Apesar de ter sido reconhecida, desde logo, a importância destes achados, não se poderia ainda supor que o acervo final ultrapassaria tão largamente as expectativas.

METODOLOGIA

PROSPECÇÃO

No seu início, o trabalho de campo visou a confirmação da localização e estado de conservação dos sítios arqueológicos previamente inventariados. Seguidamente, procedeu-se à prospecção sistemática do terreno nas respectivas sub-unidades de relevo, com o intuito de compreender se se tratavam de ocorrências isoladas ou, pelo contrário, de conjuntos de rochas decoradas que interessava delimitar topograficamente. Nesta fase abriram-se novas áreas de prospecção com base nas relações de intervisibilidade e eixos de mobilidade entre os sítios com arte rupestre e formações naturais na paisagem que se afiguraram com potencial para a sua ocorrência.

Numa segunda fase, contou-se com a prestimosa colaboração de P. Nóvoa para a relocalização das rochas decoradas por si publicadas em 1999 e em 2006 (NOVOA e SANROMÁN 1999; NOVOA ÁLVAREZ, et al. 2006). Verificou-se que todas elas se situavam no sítio que aqui se identifica com o topónimo Escaravelhão⁶. Nessa mesma ocasião, teve a amabilidade de nos revelar outras, em três sítios diferentes, referidos neste inventário como Fonte Formosa (cinco rochas decoradas); São Tomé (quatro rochas decoradas) e Santo Ovídio (sete rochas decoradas).

Em termos metodológicos, e no que se refere às acções no terreno, há dois aspectos que devem ser considerados ao abordar unidades de relevo com as características geomorfológicas e ambientais das serras do Noroeste. Por um lado, há que atender às contingências impostas pela dinâmica desta paisagem e do seu coberto vegetal. Por outro lado, as gravuras rupestres encontram-se muito delidadas, sendo, nalguns casos, extraordinariamente difícil a sua visualização. Acresce que elas ocupam, quase invariavelmente, superfícies sub-horizontais pelo que só se encontram expostas à luz solar rasante durante a manhã e/ou final de tarde. Apesar da sua curta duração, as acções de prospecção concentraram-se nestes períodos do dia, sendo, para este efeito, preferenciais as condições de luz durante os meses de Inverno. Mesmo nestas circunstâncias, a pesquisa dificilmente se pode dar por terminada. A melhor forma de garantir bons resultados é regressar, sucessivamente, ao mesmo local, em distintas épocas do ano, sob condições de luz diferenciadas

⁶ Este topónimo que dá o nome ao sítio e onde já se conhecia a estação arqueológica do Alto do Escaravelhão foi-nos indicado por residentes no lugar de Ozão.

que permitam maior acuidade na observação das superfícies, beneficiando ainda das pontuais alterações no coberto vegetal. A opção por acções sucessivas de prospecção na mesma zona revelou-se um processo moroso, que se prolongou pelos três anos dedicados ao projecto, mas amplamente compensador⁷.

GEOREFERENCIAÇÃO, INVENTÁRIO DESCRITIVO E REGISTO FOTOGRÁFICO

As ocorrências foram numeradas sequencialmente, sempre que possível, tomando em consideração os percursos naturais de aproximação ao sítio e eixos de mobilidade no espaço físico que o define. A inventariação foi feita em caderno de campo, mediante a elaboração de *croquis* das rochas com anotação da numeração e organização dos motivos visíveis, das suas dimensões e descrição tecno-morfológica. Foi ainda realizado o registo fotográfico diurno da totalidade do acervo e nocturno, com luz artificial, de um conjunto seleccionado de sítios. A georeferenciação de cada ocorrência foi obtida por GPS portátil (coordenadas WGS 84) e a informação aferida e processada em aplicação SIG.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

Conforme temos vindo a sugerir, os sítios com arte rupestre podem ser entendidos como espaços cénicos, criados sobre um elemento permanente na paisagem –o substrato rochoso– cujo significado foi materializado e/ou enfatizado através da aposição de imagens visuais (ALVES 2002). Neste sentido, rocha, arte e a experiência física e sensorial do espaço, assim recriado, articulam-se no cumprimento da sua função simbólica. Um aspecto que, a par de outros autores, temos igualmente vindo a destacar, relativamente à Arte Atlântica, é relação dialéctica que frequentemente se observa entre o que se encontra gravado na face da rocha, a morfologia do suporte e as formas do relevo na paisagem envolvente. Esta relação tem vindo a ser observada nas diferentes áreas de distribuição da Arte Atlântica e expressa-se de forma distinta, em diferentes contextos geológicos (e.g. ALVES 2003; BRADLEY e WATSON 2012; JONES, *et al.* 2013). No Noroeste peninsular manifesta-se, por exemplo, na gravação de combinações circulares em protuberâncias circulares no suporte (ALVES 2009a e b; 2012), o que nos conduz a um dos problemas sobre o qual se pretendeu reflectir no âmbito deste projecto. A questão relaciona-se precisamente com a forma como observações de cariz mais sensorial, a volumetria e a tridimensionalidade das obras, são passíveis de serem traduzidas, transmitidas e divulgadas com recurso à imagem. Em certos casos, nem mesmo a fotografia permite ilustrar algumas das realidades identificadas no terreno na sua plenitude e o decalque directo sempre se nos afigurou, neste aspecto, insuficiente.

Como se sabe, assistimos hoje a uma verdadeira revolução no domínio dos métodos de registo de arte rupestre, com o advento das técnicas de digitalização tridimensional (e.g. PIRES, LIMA e PEREIRA 2011). O levantamento de nuvens de pontos com precisão milimétrica não só evita as distorções métricas e gráficas provocadas pela morfologia irregular das superfícies, inultrapassáveis pelo método convencional, como permite representar esse diálogo entre os motivos e as formas naturais do suporte. No entanto, estas novas técnicas não funcionam por si só mas apenas aliadas a uma minuciosa aferição, observação e confrontação, pelo investigador, das imagens digitais com a realidade no terreno. Deve, portanto, ser avaliada e estruturada a sua aplicação. Foi precisamente com este intuito que se testaram, neste projecto, as suas valências em cada fase dos trabalhos, desde a prospecção, onde foram utilizadas para confirmar a presença/ausência de gravuras rupestres em determinadas superfícies, ao registo e preparação de documentação gráfica 2D para publicação (Fig. 8, 2).

⁷ É importante ressaltar que, ao contrário do que é habitual, não se procedeu à recolha de informações orais sobre a ocorrência de gravuras rupestres por clara decisão metodológica que se prende com os pressupostos epistemológicos e metodológicos que norteiam este estudo (ALVES e REIS no prelo).

É certo que a aplicação destas técnicas tornam substancialmente mais expedita, e menos onerosa, a documentação de grandes conjuntos de gravuras rupestres, na medida em que não pressupõe a participação de uma equipa alargada e a exigente logística do levantamento nocturno. Porém, é também importante enfatizar os aspectos positivos do registo por decalque directo. Se o entendermos como uma forma de ‘re-criar’ o acto primordial da concepção das obras, impele-nos a reflectir, *in loco* sobre as motivações para a eleição do suporte, potenciais audiências, os gestos dos criadores e seus movimentos corporais no acto de execução, técnicas utilizadas ou sobre a percepção visual global e particular do espaço (ALVES 2009a e b). Daí que se considere pertinente a complementaridade dos métodos convencionais e novas tecnologias, o que foi efectivamente posto em prática neste projecto.

ARTE RUPESTRE DO MONTE FARO – INVENTÁRIO E DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS

Pese embora se tenha convencionado designar Monte Faro à área de estudo do projecto, ela abrange também, como se disse, o Monte dos Fortes que se ergue como o seu prolongamento meridional (Fig. 2). Estas elevações unem-se através de uma extensa portela, a Quebrada, uma área de chã para a qual convergem todos os caminhos tradicionais constituindo a zona de passagem, por excelência, entre ambas as vertentes. A poente, e a cota mais baixa (c. 400 m a.n.m.) abre-se um monumental anfiteatro natural que domina a ampla planura sedimentar e, no seio do qual se encontra a Tapada do Ozão. O anfiteatro é contrafortado, a norte e a sul por dois esporões mais baixos, com altitudes na ordem dos 300 m, que se aproximam, provocando o estrangulamento do vale do Rio do Ouro. No topo de cada um desses esporões situam-se dois extensos conjuntos de gravuras rupestres, o Monte da Laje, a sul e o Escaravelhão, a norte. Na zona mais baixa da vertente espraiam-se as rochas decoradas pertencentes ao sítio do Pinhal do Rei. Num largo patamar imediatamente acima do Monte da Laje, situa-se a chã da Fonte Volide e, no prolongamento da mesma plataforma para sul, o sítio dos Talhos que ocupa aí um pequeno esporão rochoso. A poente, e a cota mais elevada, um conjunto de gravuras rupestres dispersa-se pela encosta superior do Monte dos Fortes, na base da qual, um outro se concentra numa chã aplanada. Na vertente nordeste do Monte Faro encontram-se os sítios de Santo Ovídio, em redor de um outeiro proeminente e a Fonte Formosa e São Tomé em patamares sucessivos. Já a rocha da Quinta da Barreira surge, por ora, isolada, na zona de transição entre a base da encosta e os terraços superiores do Minho.

Neste trabalho, o conceito de sítio, ou sítio arqueológico, faz-se corresponder a uma sub-unidade topográfica, i.e. uma elevação, encosta, chã, ou esporão, cujo relevo é delimitado naturalmente e sobre o qual se distribui um conjunto mais ou menos vasto de ocorrências. Dependendo da sua dimensão e da estrutura fisiográfica do terreno, cada sítio pode conter mais do que um núcleo de rochas decoradas. Todas estas foram numeradas sequencialmente, de acordo com a norma ‘sítio + núcleo + nº de rocha’ (ex: ESC III – R1).

MONTE DOS FORTES

As gravuras rupestres distribuem-se pela vigorosa encosta orientada a sudoeste que, desde o cume da serra, desce até um amplo patamar sobranceiro à aldeia de Taião, à cota aproximada de 410/420 m (Fig. 3, 1). Para sul das duas rochas decoradas publicadas por A. Leite da Cunha e E. J. Silva (1980) identificaram-se mais cinco superfícies com motivos geométrico-abstractos que, em conjunto, constituem o núcleo I.

A rocha 1, embora apenas publicada por fotografia (CUNHA e SILVA 1980; BAPTISTA, 1983), apresenta o conhecido par de ciclópicas combinações de círculos concêntricos, sulcado sobre duas protuberâncias suaves no suporte. Acompanham-nos uma miríade de outras figurações, como ovais preenchidas internamente com duas linhas perpendiculares, um motivo formado por duas ovais concêntricas, uma figura geométrica segmentada internamente, linhas, pequenos círculos simples, entre outras. Uma das grandes combinações circulares é composta por 12 anéis,

com diâmetro horizontal de 1,13 m e vertical de 1,15 m; a segunda é composta por 11 anéis com diâmetros de 1,18 m e 1,14 m, confirmando-se a detalhada descrição de A. L. da Cunha e E. J. Silva (CUNHA e SILVA 1980: 6). Separada por uma fissura, a norte, estende-se um segundo painel, ainda parcialmente recoberto por depósitos de escorrência. Este exhibe uma figura composta por três círculos concêntricos e uma outra grande composição circular definida por nove anéis concêntricos, sem covinha central. Embora esta superfície corresponda à rocha 2 de Cunha e Silva (1980) optou-se, neste trabalho, por considerá-lo como pertencente à rocha 1, tendo sido inventariado como painel 2.

A cerca de 1,20 m daquela, a actual rocha 2 apresenta duas combinações de círculos concêntricos de menores dimensões e vestígios de uma terceira, com covinha central e diâmetros que rondam os 25 cm, tal como descrito pelos citados autores.

A sudeste, a rocha 3 tem como suporte um grande bloco granítico paralelepípedo, elevado do solo, e ostenta uma admirável composição de figuras circulares, linhas meândricas e covinhas (Fig. 4, 1). Trata-se de uma rocha inédita, identificada em Janeiro de 2012 durante a visita de reconhecimento preparatória do projecto e documentada em 2013. A sua face superior, com 2,45 m de comprimento e 1,75 m de largura, encontra-se severamente afectada por acção das elevadas temperaturas a que foi sujeita aquando da ocorrência de incêndios florestais. É, a par da rocha 1 do Monte dos Fortes e da Tapada do Ozão, uma das superfícies onde se evoca o profundo barroquismo que a Arte Atlântica ocasionalmente revela.

A rocha 4 é uma superfície granítica rasa ao solo que contém dois reticulados e motivos de feição circular enquanto a rocha 5 exhibe, no rebordo, vestígios muito ténues de um pequeno círculo com covinha central. A cota mais baixa, a rocha 6 apresenta uma combinação de círculos concêntricos, o mesmo acontecendo com a rocha 7 mas, desta feita, um original motivo formado por duas formas sub-triangulares com covinha central. Por se inserirem num imenso caos de blocos, torna-se difícil a pronta identificação destas superfícies no terreno.

A cota mais baixa, no remate de uma extensa chã rochosa, identificou-se um conjunto de 14 superfícies gravadas que se designou por núcleo II. Aqui, e em contraste com o núcleo I, cada superfície exhibe um número reduzido de motivos, muitas vezes apenas um por rocha. Todas elas conservam motivos pré-históricos, à excepção da rocha 11 que exhibe uma representação moderna de foice e martelo. Assim, as rochas 1 e 5 contêm unicamente covinhas e as restantes círculos, simples ou concêntricos, frequentemente em relevo. Merece destaque a rocha 6, com uma combinação de círculos concêntricos de grandes dimensões que se estende pelas faces superior e lateral do penedo, acompanhada de um círculo simples e linhas (Fig. 4, 2). A composição molda-se claramente à estrutura pétreia incorporando uma das pias naturais que se alinham na sua base e é, sem dúvida, um exemplo maior do carácter escultórico que esta tradição artística assume.

FONTE VOLIDE

A chã da Fonte Volide, sobranceira ao Monte da Laje, uma das mais amplas do flanco ocidental da serra é, tal como o nome indica, uma plataforma de contorno semi-circular, localizada entre as curvas de nível dos 410 e 420 m, com cerca de 130 m, no sentido norte-sul, e 120 m, no sentido oeste-leste. É protegida a nascente por uma elevação que, se vista a partir do centro da chã, aparenta ser um monte de perfil semi-circular e isolado mas trata-se efectivamente do rebordo setentrional do Monte dos Fortes, cuja crista descreve uma ligeira curva e se desenvolve no sentido noroeste-sudeste.

Toda a área central é ligeiramente deprimida e uma linha de água atravessa-a no sentido norte-sul. Estes lameiros são, ainda hoje, locais de pasto preferenciais para bovinos e garranos.

As gravuras rupestres aqui identificadas são registos inéditos decorrentes das acções realizadas no âmbito deste projecto (ALVES e REIS 2014). Numa primeira fase, aproveitando a luz rasante

de Inverno prospectaram-se todas as zonas com rocha exposta na área superior da chã, percorrendo os seus limites norte, poente e sul. As ocorrências pertencentes à tradição de Arte Atlântica encontram-se em locais muito particulares (Fig. 5, 1). A rocha 1 corresponde ao penedo mais proeminente no aglomerado rochoso que remata a plataforma a poente. Ostenta duas combinações de dois círculos concêntricos, uma das quais aproveita uma ligeira elevação circular natural no suporte. A segunda é praticamente invisível ao olhar e imperceptível ao tacto tendo sido reconhecida, na sua plenitude, através do registo por fotogrametria (Fig. 5, 2). Esta superfície conserva ainda um círculo simples de menores dimensões que delimita uma proeminência circular na superfície e é atravessado por um veio natural de feldspato. A escassos centímetros desta surge uma depressão circular na rocha que se considerou de origem antrópica, pese embora a dificuldade que sempre persiste em diferenciar covinhas abertas por acção antrópica e concavidades naturais, que também pontuam a superfície. Já na metade poente, junto a uma fissura pode observar-se uma outra covinha de menores dimensões.

Mais afastadas, as rochas 3 e 4 apresentam, cada uma, um motivo circular e localizam-se a c. de 20 m da mamoa 3. De facto, acomodados numa zona deprimida do centro da chã, erguem-se os três montículos artificiais correspondentes aos monumentos sob *tumuli*, dos quais apenas um mantém um esteio *in situ*.

TALHOS

O sítio de Talhos, topónimo que nos foi dado a conhecer pela proprietária de uma quinta nas proximidades de Taião, localiza-se na base da encosta oeste do Monte dos Fortes e a sul da Fonte Volide, detendo visibilidade directa para ambos. É um pequeno esporão que se alonga no sentido norte-sul em cujo topo se encontram dois grupos principais de rocha aflorante, separados por cerca de 50 m (Fig. 6, 1). Em cada um deles foram identificadas, em Dezembro de 2013, duas rochas gravadas, as rochas 1 e 2 no ponto mais alto e, a norte, as rochas 3 e 4 (ALVES e REIS 2014). Cada uma das superfícies apresenta um reduzido número de motivos circulares, todos eles muito delídos e de difícil visualização (Fig. 6, 2).

MONTE DA LAJE

O amplo anfiteatro natural que se abre entre o Monte Faro e Monte dos Fortes é, como se disse, contrafortado por duas elevações que se aproximam e que são ocupadas por dois importantes conjuntos de arte rupestre: o Monte da Laje, a sul, e o Escaravelhão, a norte.

O primeiro configura um esporão alongado no sentido noroeste-sudeste, com crista superior estreita, aplanada e rochosa (Fig. 6, 3 e Fig. 7, 1). Do lado poente e norte, as encostas são abruptas e parcas as superfícies graníticas expostas, enquanto que a do lado nascente se estende mais suavemente na direcção de uma zona plana e abatida, cortada pela linha de água que separa o Monte da Laje da base da encosta do Monte Faro.

O conjunto de rochas decoradas que agora se revela distribui-se ao longo da crista até ao seu limite, a norte (ALVES e REIS 2014). Destacam-se as rochas 6 e 7, com superfícies repletas de gravuras circulares e ovaladas que delimitam proeminências naturais do suporte (Fig. 6, 4 e Fig. 7, 2) e a rocha 8, que aparenta conservar uma representação de quadrúpede, embora incompleta. As rochas 5 e 9 ostentam um único círculo, muito erodido e a rocha 10 contém apenas uma covinha. Por seu lado, a grande superfície decorada publicada por E. J. Silva e A. L. da Cunha (1986) ocupa uma posição excêntrica face às demais inventariadas desde 2013, por se encontrar no sopé nascente da linha de cumeada.

É de notar a visibilidade que se detém desde a linha de cumeada para as rochas gravadas mais meridionais do Escaravelhão, nomeadamente para a rocha 1 do núcleo II, a primeira com gravuras pré-históricas a surgir na linha de visão. Nenhuma das ocorrências pertencentes aos sítios

localizados a nascente e a cota mais elevada é directamente visível, mas há uma percepção clara dos seus locais de implantação, nomeadamente da penedia que remata a chã da Fonte Volide. Já para sudoeste, olhando o sopé do monte, a visibilidade é directa para a quase totalidade das superfícies decoradas do Pinhal do Rei.

Na medida em que todo o conjunto será objecto de publicação monográfica, cumpre, por ora, dar conta de observações feitas no terreno relativamente à rocha decorada publicada há 30 anos. Em primeiro lugar, a composição mantém o seu carácter singular em todo o conjunto do Monte Faro, pese embora a presença de combinações de círculos concêntricos. Figuras de armas tipologicamente análogas e os chamados ‘idoliformes’ não ocorrem em nenhuma outra superfície decorada registada até ao momento na área de estudo (Fig. 7, 3). É certo que se identificaram *ex novo* representações de objectos mas que correspondem a eventuais alabardas ou, quiçá, machados encabados, nos sítios do Escaravelhão e Santo Ovídio. Em segundo lugar, verificou-se que esta rocha não se encontra isolada no seu entorno, porém, todas as demais, que se distribuem pelo topo do esporão, ostentam quase exclusivamente figuras abstractas de feição circular. Ou seja, não só a rocha 1 do Monte da Laje ocupa uma posição marginal relativamente à distribuição do restante acervo, como se implanta numa zona topograficamente atípica, na base da encosta e no rebordo de uma área deprimida, sem destaque particular na paisagem.

ESCARAVELHÃO

O sítio com o topónimo Escaravelhão é o que comporta o maior número de rochas decoradas na área em estudo. Nos finais dos anos 90 do século XX, P. Novoa e J. Sanromán identificaram aqui três áreas de concentração de rochas decoradas, num total de 14 ocorrências⁸ que foram, posteriormente, apresentadas ao Congresso Internacional de Arte Rupestre de Vigo (1999). O texto da comunicação, gentilmente cedido por um dos seus autores (PN), não fornece dados de georeferenciação, mas informa sobre a distância entre os grupos. Foi com base nesses elementos que se orientaram as primeiras acções de prospecção nesta zona e, subsequentemente, procedeu-se a novo reconhecimento na companhia de P. Novoa. Foi, então, possível fazer corresponder oito das rochas por ele descritas àquelas constantes no nosso inventário. As restantes seis, maioritariamente pertencentes ao seu 3º grupo, carecem de confirmação, não sendo certo se foram integradas, na sua totalidade, no actual inventário (*ibidem*).

Conhecem-se, até ao momento, 34 ocorrências, distribuídas por seis núcleos topograficamente diferenciados entre si (Fig. 8, 1).

O núcleo I ocupa a chã que se espalha no sopé do Alto do Escaravelhão (CNS 3220) é, no seu todo, é constituído por 14 rochas decoradas (ALVES e REIS 2014). O Alto do Escaravelhão, classificado como ‘povoado fortificado, com cronologia da Idade do Ferro / Romano, no *Endovélico*, é uma elevação cónica coroada por um recinto murado, de pequenas dimensões, a partir do qual se detém um extenso domínio visual sobre o troço final do rio Minho, até à foz. No topo é possível identificar um talude artificial, ainda que mal conservado. Os materiais de superfície, relativamente abundantes na base da encosta sul, incluem fragmentos cerâmicos de fabrico manual e de peças montadas a torno. No centro da chã, detectaram-se vestígios de um pequeno *tumulus* circular com 9 m de diâmetro, constituído por blocos pétreos de pequena dimensão e terra, sendo ainda discernível uma cratera de violação central com 2 m de diâmetro (CNS 36108). Nas proximidades encontram-se quatro superfícies com gravuras rupestres. A rocha 2, cerca de 30 m para sudeste, contém duas figuras de feição circular, uma das quais preenchida com pontos, um sulco que percorre a superfície, tocando os motivos e uma covinha. As rochas 4, 5 e 6 encontram-se c. de 10 m para sudoeste da mamoa. A primeira, dividida em dois sectores, apartados por uma fractura encontra-se ainda parcialmente recoberta por vegetação rasteira. Um destes sectores configu-

8 Desde total foram subtraídas oito superfícies rochosas que contém covinhas que se verificou serem de origem natural.

ra uma superfície de contorno subtrapezoidal, suavemente inclinada para poente (painel 1) que conserva um conjunto de zoomorfos, originalmente identificados por Pablo Novoa e J. Sanromán, (1999), extremamente delgados e, por isso, só perceptíveis sob luz rasante. Estão representados quatro quadrúpedes, possivelmente equídeos, três dos quais encontram-se alinhados segundo o eixo longitudinal da superfície e um, em posição destacada do primeiro grupo, parece incompleto. Junto ao remate setentrional do painel, sulcos diversos formam motivos cuja tipologia é difícil de determinar (Fig. 9, 2)⁹. O segundo painel desenvolve-se em meia lua e ostenta um conjunto de 13 covinhas, com diâmetros balizados entre os 9 cm e os 2 cm, distribuídas de forma algo aleatória pela superfície. Nas rochas 5 e 6 surgem covinhas e sulcos de difícil interpretação. Na direcção do centro da plataforma, a rocha 1 apresenta um conjunto de covinhas e figuras circulares muito delgadas, na rocha 3 é perceptível um reticulado e na rocha 7 surge uma representação de um objecto encabado e uma covinha (Fig. 9, 3).

O núcleo II ocupa uma zona aberta no limite de um eucaliptal situado na extremidade sudeste da chã, fronteiro ao Monte da Laje. É constituído, até ao momento, por duas superfícies decoradas que se encontram lado a lado. A rocha 1 ostenta duas covinhas e um motivo circular e, na rocha 2, foi lavrada uma cruz latina.

O núcleo III é representado por uma única rocha gravada com uma figura circular complexa (Fig. 8, 2). Ocupa uma posição charneira que detém controlo visual sobre o acesso aos restantes núcleos da encosta ocidental do Escaravelhão.

O núcleo IV corresponde a duas rochas decoradas cada uma com um só motivo gravado -uma figura circular e uma cruz latina, de época histórica – situadas na íngreme vertente sudoeste.

O núcleo V é composto por oito rochas decoradas e ocupa uma outra chã a meia encosta virada a noroeste, entre os núcleos III e VI. Trata-se de um conjunto onde predominam as composições geométrico-abstractas mas onde também se encontram pequenos sulcos que unem pias naturais e outros elementos pouco conhecidos no contexto português como sejam os moinhos naviformes, ou ‘piletas’, como são convencionalmente designados na Galiza. Tratam-se de cavidades de contorno subrectangular entendidas, por investigadores galegos, como elementos que cumprem uma função similar à dos dormentes de moinhos manuais (COSTAS, 1985; FÁBREGAS, 1998) (Fig. 9, 1).

As ocorrências pertencentes ao núcleo VI contemplam, em exclusivo, composições geométrico-abstractas características da Arte Atlântica. Implantam-se maioritariamente sobre um pequeno cabeço rochoso que se ergue na zona mais baixa da encosta poente do Escaravelhão, imediatamente sobranceiro ao castro de Picões (CNS 3221). As gravuras das rochas 1, 2, 3 e 4 foram sulcadas sobre superfícies com morfologia e textura irregulares, ilustrando bem o aproveitamento intencional dos acidentes naturais do suporte para a gravação dos motivos circulares (ALVES e REIS no prelo). Mas, em pleno contraste, as rochas 5, 6 e 7 que distam c. de 110 m daquelas, são superfícies rasas ao solo, integralmente lisas, de textura branda e homogénea.

CHÃ DA QUEBRADA

A portela da Quebrada não constitui apenas um importante ponto de passagem na serra, mas foi palco da construção de uma imponente necrópole neolítica revelada por A. L. da Cunha e E. J. Silva (1980), à época, constituída por 11 monumentos sob *tumulus* (CNS 87). É referido pelos autores que “junto de uma “mamao”, foi encontrado um fragmento de granito com uma “fossette” (CUNHA e SILVA 1980: p. 12). Por ora, a prospecção aqui realizada não permitiu a detecção de quaisquer gravuras pré-históricas mas deve assinalar-se que toda a área foi severamente afectada pela construção de uma estrutura agro-pecuária e acções de florestação. Identificaram-se apenas uma cruz latina sulcada no topo de um outeiro cónico destacado na chã e gravuras de época histórica no marco de termo que se ergue junto às mamoas (Fig. 10, 1).

9 Esta rocha foi sumariamente descrita por Pablo Novoa e Javier Costas (2004: p. 187).

TAPADA DO OZÃO

A Tapada do Ozão encontra-se no interior do anfiteatro natural que parece ter desempenhado um papel estruturante na organização dos sítios com arte rupestre da vertente ocidental do Monte Faro. É também um ponto nevrálgico relativamente aos eixos de mobilidade na serra, pois a partir daí se acede ao Monte dos Fortes, aos cumes do Monte Faro e à sua vertente nordeste onde se localizam os demais núcleos.

A rocha decorada, classificada como IIP – Imóvel de Interesse Público, encontra-se numa propriedade privada, ocupada por um denso eucaliptal, cujos resíduos a ocultaram quase por completo nos últimos anos. Este sítio foi dado à estampa por A. L. da Cunha e E. J. Silva, fornecendo-se, nesse mesmo artigo, referências muito sumárias a outras duas rochas gravadas naquela área (CUNHA e SILVA 1980: pp. 7-13).

A rocha 1 da Tapada do Ozão destaca-se, desde há muito, no contexto da Arte Atlântica do noroeste português pelo barroquismo da sua decoração. As gravuras foram sulcadas num bloco granítico sobrelevado, com contorno sub-trapezoidal, com 2,06 m de comprimento e 1,97 m de largura (*ibidem*). A face superior encontra-se profusamente decorada com motivos geométricos que acompanham as dobras naturais do granito e se estendem pelas superfícies laterais viradas a leste e a sul (Fig. 10, 2). Parece-nos que a componente gráfica não terá resultado da aplicação cumulativa de motivos individuais no tempo longo mas, embora se observem pontualmente sobreposições de motivos de tipologia similar, parece tratar-se de uma coreografia original e intencionalmente esboçada por meio da conjugação de círculos concêntricos, covinhas e linhas (SILVA e ALVES 2005). A. L. da Cunha e E. J. Silva notaram que as figuras circulares com diâmetros maiores se encontram na periferia da composição, enquanto as covinhas se distribuem um pouco por toda a superfície (1980: pp. 10-11). Ocorrem ainda manchas de pontos emoldurados por sulcos e linhas sinuosas que unem os motivos geométricos entre si.

Se este penedo surpreendia pelo carácter escultórico da composição, pelo íntimo diálogo que gravuras estabeleciam com as sinuosidades e relevos naturais do suporte rochoso (SILVA e ALVES 2005), hoje, perante os resultados deste projecto, parece claro que se integra perfeitamente no conjunto do Monte Faro, onde esta forma de interpretação da fluida linguagem iconográfica da Arte Atlântica parece ter sido particularmente apreciada pelas comunidades locais que, na Pré-história, aqui criaram uma verdadeira paisagem sónica (ALVES 2012; ALVES e REIS no prelo).

PINHAL DO REI

O topónimo Pinhal do Rei é atribuído a um prolongamento baixo da encosta ocidental do Monte Faro que se estende pelas suaves plataformas subjacentes ao Escaravelhão e ao Monte da Laje e para os quais detém visibilidade directa.

Um dos aspectos que importa realçar é que, geologicamente, esta é uma das zonas em que se estabelece a transição entre o afloramento granítico e o ortognaisse de Gandra, uma rocha metamórfica quartzo-feldspática resultante da alteração de rochas ígneas, neste caso o granito. As gravuras rupestres, muitas das quais integráveis no reportório figurativo da Arte Atlântica peninsular, ocorrem nestas superfícies, demonstrando que, no Monte Faro, as características litológicas do suporte não constituíram um elemento impeditivo para a criação de figuras geométricas que também aqui se estruturam em função da morfologia da rocha exposta.

Na fase inicial da prospecção identificou-se apenas uma ocorrência, a rocha 1, situada na plataforma superior (ALVES e REIS 2014). Todavia, após um incêndio ocorrido em 2015 foi possível prospectar a encosta voltada a sudeste, antes ocupada por um denso matagal, e inventariar um conjunto de nove rochas decoradas, maioritariamente de cronologia pré-histórica (Fig. 11, 1). A difícil visualização de muitas delas deve-se ao intenso desgaste das superfícies e obrigou a que se

fizesse o registo em diferentes horas do dia, sob luz rasante nocturna e recorrer ao levantamento por fotogrametria para se aferir com rigor da tipologia dos motivos, sendo este mais um exemplo de como a prospecção arqueológica de arte rupestre dificilmente se pode considerar como terminada.

Das dez ocorrências inventariadas até ao presente, as rochas 1, 6 e 7 apresentam unicamente cruces latinas, uma por rocha, que terão provavelmente funcionado como marcas de termo ou de divisão de propriedade. As restantes contêm motivos pré-históricos, sendo que as rochas 4 e 8 exibem unicamente uma covinha e as rochas 2, 3, 5 e 10 conservam motivos circulares simples (Fig. 11, 2) e combinações de círculos concêntricos, uma das quais de grandes dimensões.

SANTO OVÍDIO

Com 19 rochas inventariadas, o sítio de Santo Ovídio é o segundo maior complexo rupestre do Monte Faro (Fig. 12, 1) e situa-se logo abaixo da portela da Chã da Quebrada, na encosta nordeste (Fig. 2). À semelhança do Escaravelhão e do São Tomé, também este sítio é topograficamente dominado por um cabeço arredondado, em função do qual se distribuem as rochas gravadas. Apesar de não terem sido registados indícios de ocupação humana no topo da elevação, a existência de uma capela dedicada a Santo Ovídio, suscita a ideia de que a este monte se poderá associar um significado especial. A única ocorrência identificada no próprio monte surge na plataforma da capela, consistindo num mero sulco linear, toscamente gravado. As restantes gravuras dispersam-se pela área aplanada em redor do cabeço, tendo sido possível individualizar quatro grupos. A rocha 19, isolada num pequeno esporão rochoso no flanco noroeste do cabeço, exhibe a representação de um tabuleiro de jogo tipo ‘moinho’ ou ‘alquerque’ gravado no centro de uma laje de contorno sub-quadrangular. A sudoeste, sobre um outeiro rochoso que remata uma suave encosta fronteira ao alto de Santo Ovídio, surge um conjunto de cinco superfícies gravadas, formado pelas rochas 1, 2, 3, 17 e 18. As demais ocupam a plataforma no sopé do cabeço, ao centro da qual se encontram as rochas 9 e 10 e, um pouco mais a sul, as rochas 4, 5, 6, 7, 8 e 16. Em frente destas, do lado poente do caminho de acesso à capela, surgem as rochas 11, 12, 13 e 14.

Relativamente à iconografia desta estação, é de relevar a interessante colecção de motivos de época histórica, possivelmente associados à presença do santuário. A rocha 11 conserva uma gravura cruciforme que poderá entender-se como a representação de um cálice, e na rocha 13 foi gravada uma data (1971), uma seta a apontar na direcção da capela e duas covinhas. Na rocha 14 encontra-se a curiosa representação da fachada de um edifício, uma casa, ou talvez a própria capela de Santo Ovídio (ALVES e REIS 2014; ALVES e REIS no prelo).

Para além de uma relevante presença de rochas unicamente com covinhas, e no que respeita às ocorrências de cronologia pré-histórica, destacam-se, na rocha 2 uma grande composição circular enquadrada por longos sulcos (Fig. 12, 2) e na rocha 3, um conjunto de ovais concêntricos ladeado por uma alabarda.

FONTE FORMOSA

A Fonte Formosa corresponde a uma área de encosta no flanco nordeste do Monte Faro, a meio caminho entre o topo e o sopé da serra. Sobranceira ao sítio de São Tomé, usufrui de vista directa também para Santo Ovídio, que lhe fica a cerca de 1,5 km para nascente. Nesta zona, a vertente esboça uma larga depressão entre duas linhas de água e culmina num montículo rochoso, de contorno circular, que ressalta ligeiramente no terreno. As oito ocorrências presentemente conhecidas distribuem-se em duas áreas distintas, separadas por cerca de 250 m (Fig. 13, 1).

Na rocha 1 encontram-se duas cavidades sub-rectangulares, integralmente escavadas na rocha, similares às que surgem no núcleo V do Escaravelhão. Exibe ainda composições de círculos simples unidos por linhas rectas, algo atípicos, apresentando sulco bastante profundo se comparados aos dos motivos geométricos pertencentes ao repertório iconográfico da Arte Atlântica.

A rocha 2 contém um grupo de figuras zoomórficas, muito delidas, alinhadas na zona inferior do penedo, junto à linha do solo. Das restantes seis ocorrências, implantadas no outeiro rochoso, a rocha 5 exhibe sulcos de difícil interpretação, a rocha 7 apresenta uma única covinha e, na rocha 8, uma excrescência de quartzo branco foi esculpida de forma a obter-se um relevo de contorno circular. Na rocha 4 destaca-se uma singular composição geométrica formada pela intersecção de diversas linhas curvas, acompanhada por dois zoomorfos. A rocha 3 apresenta uma outra figura de quadrúpede, muito esbatida, uma combinação de círculos concêntricos e duas representações de tabuleiros de jogo tipo ‘moinho’ ou ‘alquerque’. Por fim, a rocha 6, a maior e mais interessante do conjunto, apresenta uma morfologia complexa com superfícies aplanadas, oblíquas, alteadas, depressões abertas pela erosão e concavidades circulares (‘pias’). Uma vez mais, se parece materializar um diálogo entre gravuras e a modelação natural do suporte. Ao lado de uma pia circular foi disposta uma combinação de círculos concêntricos com diâmetro não muito maior do que aquela (Fig. 13, 2). Na superfície lateral e fundo de uma depressão oblonga foi lavrada uma figura elíptica preenchida internamente com pequenas covinhas. E, num pano de rocha inclinado, virado a norte, surge um grupo de quadrúpedes, representados no estilo mais clássico da Arte Atlântica peninsular, dispostos de forma a simular o movimento ascendente dos animais pela vertente da encosta (BRADLEY 1997, Plate 38) (Fig. 13, 3).

SÃO TOMÉ

As sete rochas decoradas de São Tomé distribuem-se por uma larga plataforma no sopé de um outeiro de contorno ovalado que se destaca no primeiro patamar da encosta nordeste do Monte Faro. Situa-se a cota mais baixa relativamente à Fonte Formosa, para o qual detém vista directa, o mesmo acontecendo, a uma maior distância, com o sítio de Santo Ovídio. As rochas 1, 2, 3 e 7 situam-se na área da chã a sul do cabeço e as rochas 4 e 5 surgem cerca de 350 m para poente. Apenas a rocha 6 ocupa uma posição divergente, sobre o percurso natural que conduz à Fonte Formosa, num ponto elevado, com vista privilegiada para as restantes ocorrências (Fig. 14, 1).

O referido cabeço, em torno do qual se organizam as rochas gravadas, domina, a norte, um vasto troço do rio Minho e terraços adjacentes e controla, a sul, a vertente do Monte Faro. São nele visíveis, embora com dificuldade, dois taludes consecutivos, parecendo formar dois anéis concêntricos em torno do topo. Não tendo sido identificados materiais de superfície, aquando das acções de prospecção, qualquer proposta cronológica é, por ora, problemática.

No que respeita à arte rupestre, a rocha 1 corresponde a uma laje, rasa ao solo, onde foram gravadas, em faces opostas da superfície, uma combinação de círculos concêntricos e um grupo de covinhas (Fig. 14, 2). Numa área periférica exhibe um interessante conjunto de gravuras, sulcadas a traço mais fino e menos profundo relativamente à composição geométrica, no qual se distinguem antropomorfos estilizados e, pelo menos, uma cena de equitação. A rocha 2 contém diversos grupos organizados de covinhas (Fig. 15, 1). Na zona central da rocha 3 é visível uma concentração de motivos geométricos unidos por linhas rectas, curvas, segmentadas, com figuras justapostas e sobrepostas num denso e, algo atípico, palimpsesto de imagens. Em posição periférica, destacam-se quatro formas espiraladas, duas sinistrosas e duas dextrosas, de um tipo pouco frequente no contexto peninsular porque delineadas por um sulco que arqueia, em espiral, para um ponto central e aí recurva na direcção contrária. É de assinalar que um destes motivos é sobreposto por uma figura cruciforme de feição antropomórfica (Fig. 15, 2). A rocha 7, apresenta apenas covinhas. As rochas 4 e 5 surgem a poente do cabeço e contêm, a primeira, motivos circulares complexos, covinhas e figuras animais, incluindo uma cena de equitação e, a segunda, um reticulado. A composição gravada na rocha 6 é a mais complexa do sítio e nela figuram motivos com sulco bem preservado, a par de outros em que este se encontra extraordinariamente delido. A iconografia é composta por diversos tipos de motivos circulares e representações de quadrúpedes, sendo perceptível um caso em que motivos das duas classes estão unidos por um sulco. Na

área central, esta rocha conserva figurações geométricas compósitas muito originais e de difícil interpretação (Fig. 15, 3).

QUINTA DA BARREIRA

Pelo facto de ter sido publicada na revista galega *Glaukopis* (NOVOA e COSTAS 2004), a rocha da Quinta da Barreira não foi integrada no inventário nacional de sítios arqueológicos até à concretização deste projecto (ALVES e REIS 2014). De todas as ocorrências inventariadas, esta é a que se situa à cota mais baixa, 75 metros a.n.m. e, logo, mais próximo dos terraços do Minho. As gravuras foram talhadas numa superfície granítica que se inclina para norte, fronteira à capela da casa da Quinta da Barreira.

A sua superfície, que se alonga ao nível do solo, encontra-se parcialmente coberta por terra e musgos. São, porém, visíveis, sobre três painéis contíguos, um conjunto de animais estilisticamente muito semelhantes entre si (Fig. 16, 1). Foi contabilizada uma vintena de quadrúpedes, na sua maioria orientados para sudoeste, à excepção de um que se vira para leste (NOVOA e COSTAS 2004: p. 183). Estes, pese embora as dificuldades na sua identificação, parecem tratar-se essencialmente de cervídeos e caprinos. Merece particular destaque uma composição gravada no painel superior, em que uma figura de caprino é retratada com uma lança cravada no dorso (Fig. 16, 2).

PALAVRAS FINAIS

Como resultado dos trabalhos realizados na área do Monte Faro entre 2013-2015 foram identificadas 122 rochas com gravuras rupestres, distribuídas por 12 sítios. No que respeita à sua atribuição cronológica, contam-se 91 rochas com gravuras pré-históricas pertencentes à tradição de Arte Atlântica, 14 exclusivamente com gravuras de época histórica e 17 que se consideraram de cronologia indeterminada (Gráfico 1). Nestas últimas incluíram-se os sulcos que unem concavidades naturais ('pias') e as rochas com covinhas que não estão associadas, no terreno, a gravuras indubitavelmente pré-históricas.

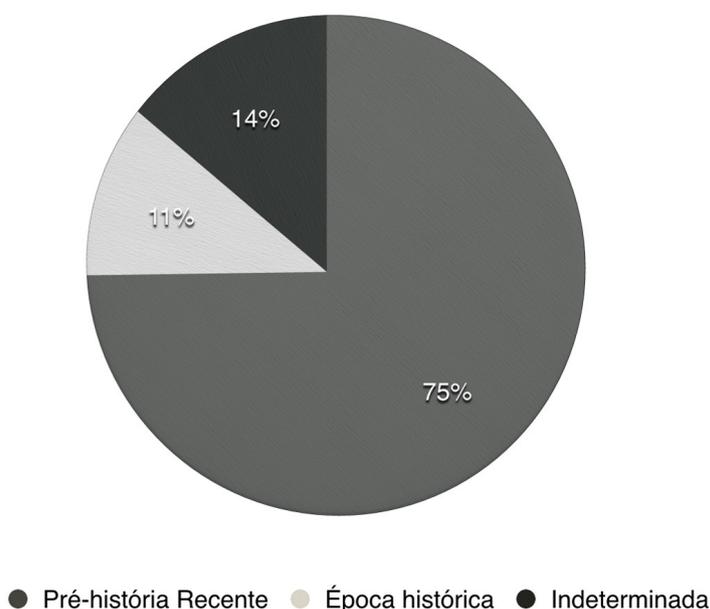


Gráfico 1 - Atribuição cronológica das rochas decoradas (2013-2015)

Do conjunto de superfícies rochosas com arte pré-histórica, e cingindo-nos às principais classes de motivos que caracterizam o reportório iconográfico da Arte Atlântica, 50 contêm covinhas (exclusivamente e/ou em associação com outras classes de motivos); os círculos simples, combinações de círculos concêntricos e suas inúmeras variantes estão presentes em 64 rochas, as figuras zoomórficas ocorrem em dez superfícies e as armas e/ou objectos encabados em quatro (Gráfico 2).

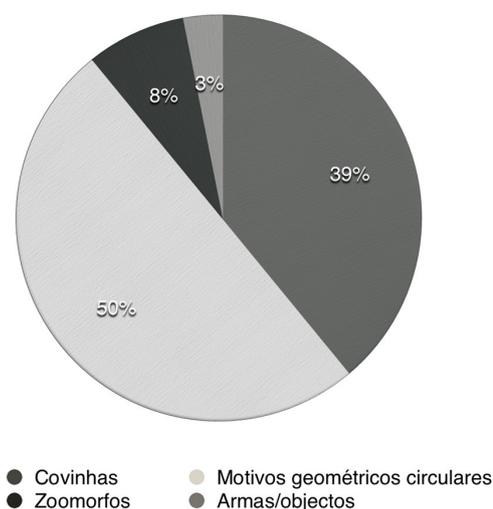


Gráfico 2 - Ocorrência dos principais tipos de motivos de Arte Atlântica peninsular (2013-2015)

Na realidade, a mudança de paradigma epistemológico no estudo destas manifestações permitirá alterar substancialmente o cenário vigente no que respeita à Arte Atlântica em território português. Sendo certo que a aplicação das premissas da Arqueologia da Paisagem à arte rupestre do pós-glaciar emergiu a par da refutação do primado da classificação crono-tipológica (BRADLEY 1997), alguma investigação recente acabou por subvalorizar o que se encontra gravado na superfície da rocha. Porém, no estudo que um de nós tem vindo a desenvolver sobre esta temática foi adoptada, desde cedo, uma metodologia conciliadora destas perspectivas que subentende uma análise dialéctica da iconografia, suporte, locus, e paisagem (ALVES 2002; 2003; 2009a), agora aplicada à análise da arte rupestre do Monte Faro. Neste acervo tem sido reiteradamente observada a estreita interacção entre os motivos gravados e a morfologia estrutural do suporte (a obra de arte é o todo!), um diálogo que já se reconhecera noutros contextos portugueses (*ibidem*). Foram igualmente assinaladas relações de visibilidade entre os diversos *loci*, entre estes e formas particulares do relevo, para além da associação espacial a outras categorias de sítios arqueológicos da Pré-história Recente.

A investigação em curso permitirá compreender melhor como se manifesta esta linguagem de signos à escala de uma unidade de relevo circunscrita e aferir da aplicabilidade (ou não) dos padrões estruturais de implantação da arte rupestre na paisagem que vêm sendo propostos para realidades afins noutras regiões europeias (BRADLEY, 1997). Para além deste facto, já em si inédito em território português, verificou-se que as composições clássicas, com um numeroso e intrincado conjunto de motivos não são nem exclusivas, nem maioritárias. De facto, no desfecho desta primeira fase dos trabalhos, uma das constatações mais interessantes e reveladoras prende-se com a confirmação da existência de uma profusão de indeléveis, mas discretos, apontamentos gráficos na forma de composições simples, por vezes com um só motivo de feição circular, em superfícies situadas na periferia de composições barrocas ou que se estruturam, elas próprias, em núcleos, como é o caso do Monte dos Fortes II. Este é um dos aspectos que caracteriza os grandes

conjuntos de Arte Atlântica nas demais regiões europeias e que foi agora possível reconhecer no limite meridional da sua distribuição.

No que respeita ao repertório figurativo geométrico-abstracto que, à primeira vista, se pode considerar uniforme e repetitivo, é, sob um olhar atento, caracterizado por uma grande diversidade morfológica, sendo as nuances estilísticas acentuadas pela forma como os motivos se fundem com o suporte, exprimindo, desta forma, uma singular criatividade (ALVES 2009b). Contudo, surgem também sub-tipos muito específicos que são comuns à Arte Atlântica peninsular e das Ilhas Britânicas: as combinações de círculos concêntricos com sulcos lineares que partem da covinha central para o exterior da figura, ou em forma de ‘buraco de fechadura’.

Mas, as palavras finais deste artigo devem, necessariamente, remeter para o futuro da investigação e divulgação deste magnífico conjunto. Para além do inventário que agora se dá à estampa, pretende-se que este projecto contribua para a discussão das problemáticas em torno dos contextos sociais e culturais da Arte Atlântica peninsular, o que implica manter aceso o debate acerca da sua cronologia, incluindo a proposta de recuo da sua emergência ao IV^o milénio AC e sua contemporaneidade com o fenómeno megalítico (ALVES 2003; 2009a).

Um outro campo de reflexão que se abre, remete para as técnicas utilizadas na análise, documentação e interpretação de gravuras rupestres em penedos ao ar livre e, especificamente, para a renovação do protocolo de registo com base na aplicação de tecnologias de digitalização tridimensional. Quais os benefícios claros que estas trazem para um registo rigoroso das superfícies gravadas, análise das composições e da morfologia dos motivos? E, mais importante, quais são as suas limitações? Esta é uma reflexão necessária e urgente e que deve igualmente estender-se à forma através da qual a aplicação destas tecnologias se articula com os pressupostos epistemológicos que estão na base de uma investigação e à definição de novas estratégias de apresentação pública da arte rupestre.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Lara Bacelar (2002), The Architecture of the Natural World – evidence from rock art in western Iberia, in SCARRE, Chris (Dir. de), Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Londres/Nova York, Routledge, pp. 51-69
- ALVES, Lara Bacelar (2003), The Movement of Signs. Post-glacial rock art in north-western Iberia, Tese de Doutoramento, Reading, Universidade de Reading
- ALVES, Lara Bacelar (2009a), O sentido dos signos - reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal”, in Balbín Behrmann, Rodrigo de (Dir. de), Arte Prehistórico al aire libre en el sur de Europa, Salamanca, Junta de Castilla y Leon, pp. 381-413
- ALVES, Lara Bacelar (2009b), Signs on a rock veil: work on rocks, ‘prehistoric art’ and identity in north-west Iberia, in O’CONNOR, Blaze; COONEY, Gabriel, CHAPMAN, John, (Dir. de), Materialities: working stone, carving identity. Oxford, Oxbow, pp. 169-180
- ALVES, Lara Bacelar (2012), The circle, the cross and the limits of abstraction and figuration in north-western Iberian rock art. In COCHRANE, Andrew; JONES, Andy (Dir. de), Visualising the Neolithic: abstraction, figuration, performance, representation. Oxford, Oxbow, pp. 198-214
- ALVES, Lara Bacelar (2014), Intermittências: a arte e a Idade do Bronze no Ocidente peninsular, in A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas, Tomar, Centro de Pré-história/ Instituto Politécnico de Tomar, pp. 15-51 (Antrope – série monográfica [em linha] n.º1). Disponível em linha: http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial_e_didactica&seccao=revista_antrope-&media=monografia&lang=PT#media

- ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário (2014), *As gravuras rupestres da Serra do Extremo no Contexto da Arte Atlântica do Alto Minho - GRAAAMO* (Valença, Viana do Castelo) - Relatório de Progresso - 2013, Direcção-Geral do Património Cultural
- ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário (no prelo), *Tattooed landscapes. A reassessment of Atlantic Art distribution, research methods and chronology in the light of the discovery of a major rock art assemblage at Monte Faro* (Valença, Portugal), *Zephyrus*, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- BAPTISTA, António Martinho (1983-84), *Arte Rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva*, Portugal, IV-V, Porto, departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71-82
- BAPTISTA, António Martinho (1986), *Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção*, in *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Alfa, pp. 31-55
- BRADLEY, Richard (1997), *Rock art and the Prehistory of Atlantic Europe. Signing the Land*. Londres/Nova York, Routledge
- BRADLEY, Richard e WATSON, Aaron 2012. *Ben Lawers: carved rocks on a loud mountain*, in Andrew Cochrane and Andrew Meirion Jones (eds), *Visualising the Neolithic: Abstraction, Figuration, Performance, Representation*, Neolithic Studies Group Seminar Papers 13, Oxbow Books, pp. 64-78
- COSTAS GOBERNA, Francisco Xavier 1985. *Petroglifos del litoral Sur de la ria de Vigo*. Publicaciones del Museo Municipal, 8, Vigo
- CUNHA, Ana Leite; SILVA, Eduardo Jorge Lopes (1980), *Gravuras rupestres do Concelho de Valença. Montes dos Fortes (Taião), Tapada do Ozão, Monte da Laje*, in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, pp. 121-131.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. con colab. CARBALLO ARCEO, X. E VILLOCH VÁZQUEZ, V. 1998. *Petroglifos y asentamientos: el caso de Monte Penide (Redondela, Pontevedra)*, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología: BSAA*, nº 64: 91-116
- GUITIÁN CASTROMIL, Jorge; PEÑA SANTOS, António (2007), *Grabados en la memoria: arte rupestre del noroeste: reasignaciones significativas y pervivencia icónica*. *Cuadernos de Arte Rupestre*, 4, Múrcia, pp. 353-372
- JONES, Andrew Meirion, FREEDMAN, Davina, O'CONNOR, Blaze, LAMDIN-WHYMARK, Hugo, TIPPING, Richard and WATSON, Aaron 2011 *An Animate Landscape: rock art and the prehistory of Kilmartin, Argyll, Scotland*. Windgather Press: Oxford.
- JORGE, Susana Oliveira (1991), *A ocupação do espaço no Norte de Portugal durante o III - inícios do II milénio A. C.. In JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira, (Dir. de), Incursões na Pré-história*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, pp. 299-380
- NOVOA ÁLVAREZ, Pablo; SANROMÁN VEIGA, José (1999), *Nuevos Aportes del Arte Rupestre del Norte de Portugal*. In *Actas del Congreso Internacional de Arte Rupestre Europeu*, Vigo, 1998. CD-ROM
- NOVOA ÁLVAREZ, Pablo; COSTAS GOBERNA, Fernando Javier (2004), *La fauna en los grabados rupestres de la Ribeira portuguesa del Miño*. *Glaucopis*,10(4), Vigo, pp. 117-204
- NOVOA ÁLVAREZ, Pablo; COSTAS GOBERNA, Fernando Javier; LÓPEZ, Paulino; SANROMÁN VEIGA, José; FERREIRA, Dora (2006) - *Gravuras rupestres pré-históricas no concelho de Valença*, *Boletim Municipal*, 63, pp. 40-43.
- PEÑA SANTOS, António de la and REY GARCÍA, José Manuel 2001. *Petroglifos de Galicia. A Coruña: Via Láctea*
- PIRES, Hugo; LIMA, Paulo; PEREIRA, Luis Bravo (2011), *Novos métodos de registo digital de arte rupestre: digitalização tridimensional e fotografia multiespectral*. In *VILAÇA, Raquel, (Dir. de), Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história*. Sabugal, pp. 175-186

RIBEIRO, Orlando (1945), Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas. Coimbra, Coimbra Editora Lda.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzane (1987), Geografia de Portugal, Lisboa, Edições João Sá da Costa

SILVA, Eduardo Jorge Lopes; CUNHA, Ana Leite (1986), As gravuras do Monte da Laje (Valença). Arqueologia, 13, Porto, GEAP, pp. 143-158

SILVA, António Manuel S. P.; ALVES, Lara Bacelar (2005), Roteiro de arte rupestre do Noroeste de Portugal, in HIDALGO CUÑARRO, José Manuel, (Dir. de), Arte Rupestre Prehistórica do Eixo Atlântico, Vigo, Eixo Atlântico, pp. 189-219

SOBRINO BUHIGAS, Ramón (1935), Corpus Petrogliforum Gallaecia. Santiago de Compostela, Seminario de Estudos Galegos

TEIXEIRA, Carlos; PERDIGÃO, J. Correia. (1962), Notícia explicativa da Carta geológica de Portugal na escala 1:50 000. Folha 01-C (Caminha). Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal

ANEXO

Quadro 1 – Gravuras rupestres do Monte Faro (Valença, Viana do Castelo): inventário (2013-2015).

	Sítio / Rocha	Covinhas	Motivos Circulares	Animais	Armas / objectos	Reticulados	Cronologia
1	MFI-R1	+	+				PHR
2	MFI-R2	+	+				PHR
3	MFI-R3	+	+				PHR
4	MFI-R4		+			+	PHR
5	MFI-R5		+				PHR
6	MFI-R6		+				PHR
7	MFI-R7		+				PHR
8	MFII-R1	+					PHR
9	MFII-R2		+				PHR
10	MFII-R3		+				PHR
11	MFII-R4		+				PHR
12	MFII-R5						PHR
13	MFII-R6	+	+				PHR
14	MFII-R7		+				PHR
15	MFII-R8		+				PHR
16	MFII-R9	+					IND
17	MFII-R10		+			+	PHR
18	MFII-R11	+					EMC
19	MFII-R12		+				PHR
20	MFII-R13		+				PHR
21	MFII-R14		+				PHR
22	TO-R1	+	+				PHR
23	ML-R1	+	+		+	+	PHR
24	ML-R2						IND
25	ML-R3						IND
26	ML-R4						IND
27	ML-R5		+				PHR
28	ML-R6		+				PHR

29	ML-R7		+				PHR
30	ML-R8			+			PHR
31	ML-R9		+				PHR
32	ML-R10	+					PHR
33	ESCI-R1	+	+				PHR
34	ESCI-R2	+	+				PHR
35	ESCI-R3					+	PHR
36	ESCI-R4	+		+			PHR
37	ESCI-R5	+					PHR
38	ESCI-R6	+					IND
39	ESCI-R7				+		PHR
40	ESCI-R8						IND
41	ESCI-R9						IND
42	ESCI-R10						EMC
43	ESCI-R11	+	+				PHR
44	ESCI-R12		+				PHR
45	ESCI-R13	+					PHR
46	ESCI-R14					+	PHR
47	ESCII-R1	+	+				PHR
48	ESCII-R2						EMC
49	ESCIII-R1		+				PHR
50	ESCIV-R1						EMC
51	ESCIV-R2		+				PHR
52	ESCV-R1		+				PHR
53	ESCV-R2		+				PHR
54	ESCV-R3	+	+				PHR
55	ESCV-R4		+				IND
56	ESCV-R5	+					PHR
57	ESCV-R6		+				PHR
58	ESCV-R7						PHR
59	ESCV-R8						IND
60	ESCVI-R1	+	+				PHR
61	ESCVI-R2	+	+				PHR
62	ESCVI-R3		+				PHR
63	ESCVI-R4	+	+				PHR
64	ESCVI-R5	+	+			+	PHR
65	ESCVI-R6		+				PHR
66	ESCVI-R7		+				PHR
67	FV-R1	+	+				PHR
68	FV-R2	+					IND
69	FV-R3		+				PHR
70	FV-R4		+				PHR
71	FV-R5						EMC
72	CQ-R1						EMC
73	CQ-R2						EMC
74	PR-R1						EMC
75	PR-R2		+				PHR
76	PR-R3	+	+				PHR
77	PR-R4	+					PHR
78	PR-R5		+				PHR

79	PR-R6						EMC
80	PR-R7						EMC
81	PR-R8	+					PHR
82	PR-R9						PHR
83	PR-R10	+	+				PHR
84	FF-R1						PHR
85	FF-R2			+			PHR
86	FF-R3	+	+	+			PHR
87	FF-R4		+	+			PHR
88	FF-R5		+				PHR
89	FF-R6	+	+	+			PHR
90	FF-R7	+					PHR
91	FF-R8		+				PHR
92	ST-R1	+	+	+			PHR
93	ST-R2	+					PHR
94	ST-R3	+	+				PHR
95	ST-R4	+	+	+			PHR
96	ST-R5					+	PHR
97	ST-R6	+	+	+		+	PHR
98	ST-R7	+					PHR
99	SO-R1	+					PHR
100	SO-R2	+	+				PHR
101	SO-R3		+		+		PHR
102	SO-R4	+					PHR
103	SO-R5	+				+	PHR
104	SO-R6	+					IND
105	SO-R7						IND
106	SO-R8	+					IND
107	SO-R9						IND
108	SO-R10				+		PHR
109	SO-R11						EMC
110	SO-R12	+					IND
111	SO-R13	+					EMC
112	SO-R14						EMC
113	SO-R15						IND
114	SO-R16	+					IND
115	SO-R17	+					PHR
116	SO-R18	+	+				PHR
117	SO-R19						EMC
118	QB-R1			+			PHR
119	TL-R1		+				PHR
120	TL-R2		+				PHR
121	TL-R3		+				PHR
122	TL-R4		+				PHR

Legenda: Sítios: MF - Monte dos Fortes; TO - Tapada do Ozão; ML - Monte da Laje; ESC - Escarvelhão; FV - Fonte Volíde; MQ - Chã da Quebrada; PR - Pinhal do Rei; FF - Fonte Formosa; ST - São Tomé; SO - Santo Ovídio; QB - Quinta da Barreira; TL - Talhos.

Cronologia: PHR - Pré-história recente; EMC - Época Medieval/Moderna/Contemporânea; IND - Indeterminada

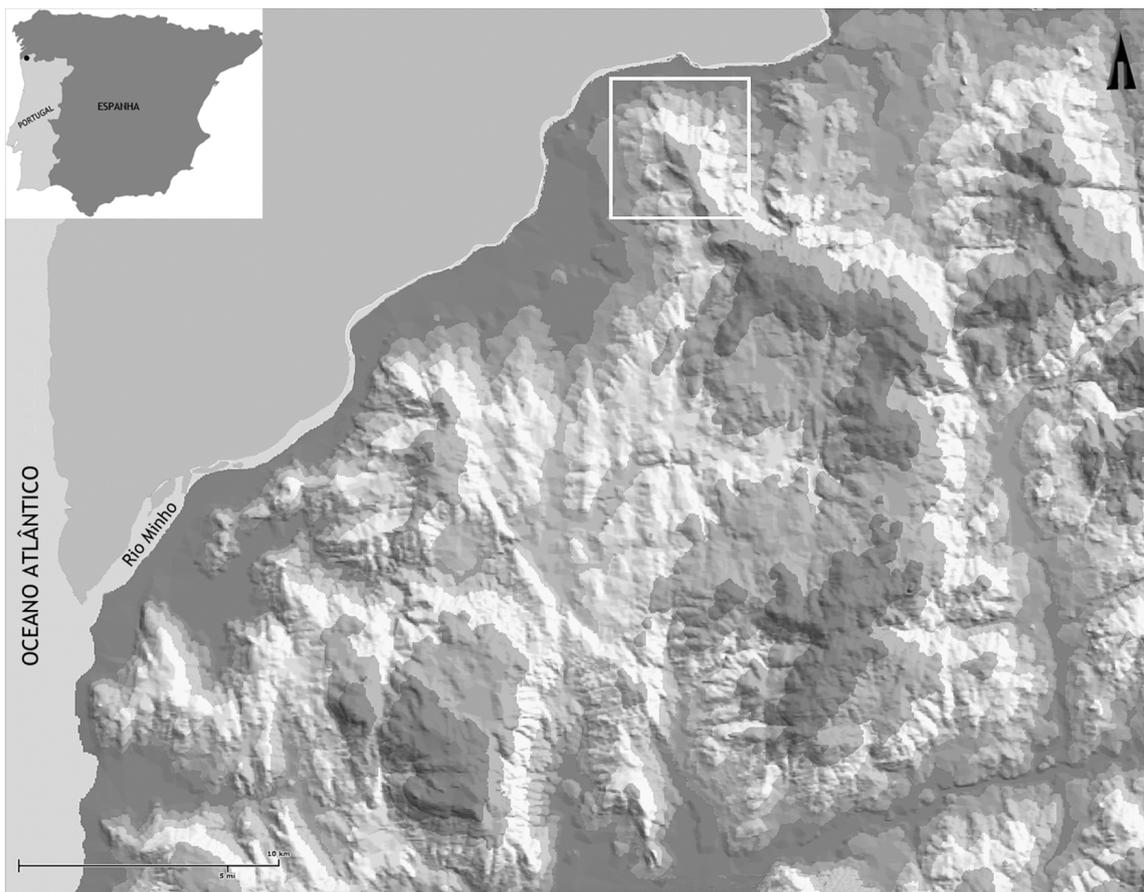


Fig. 1 – Delimitação aproximada da área de estudo na extremidade noroeste da serra do Extremo, englobando o Monte Faro e Monte dos Fortes (1). Vista panorâmica sobre a encosta ocidental do Monte Faro num dia de inverno em que a neblina baixa se estende pelo vale do Minho na direcção do Atlântico (2).

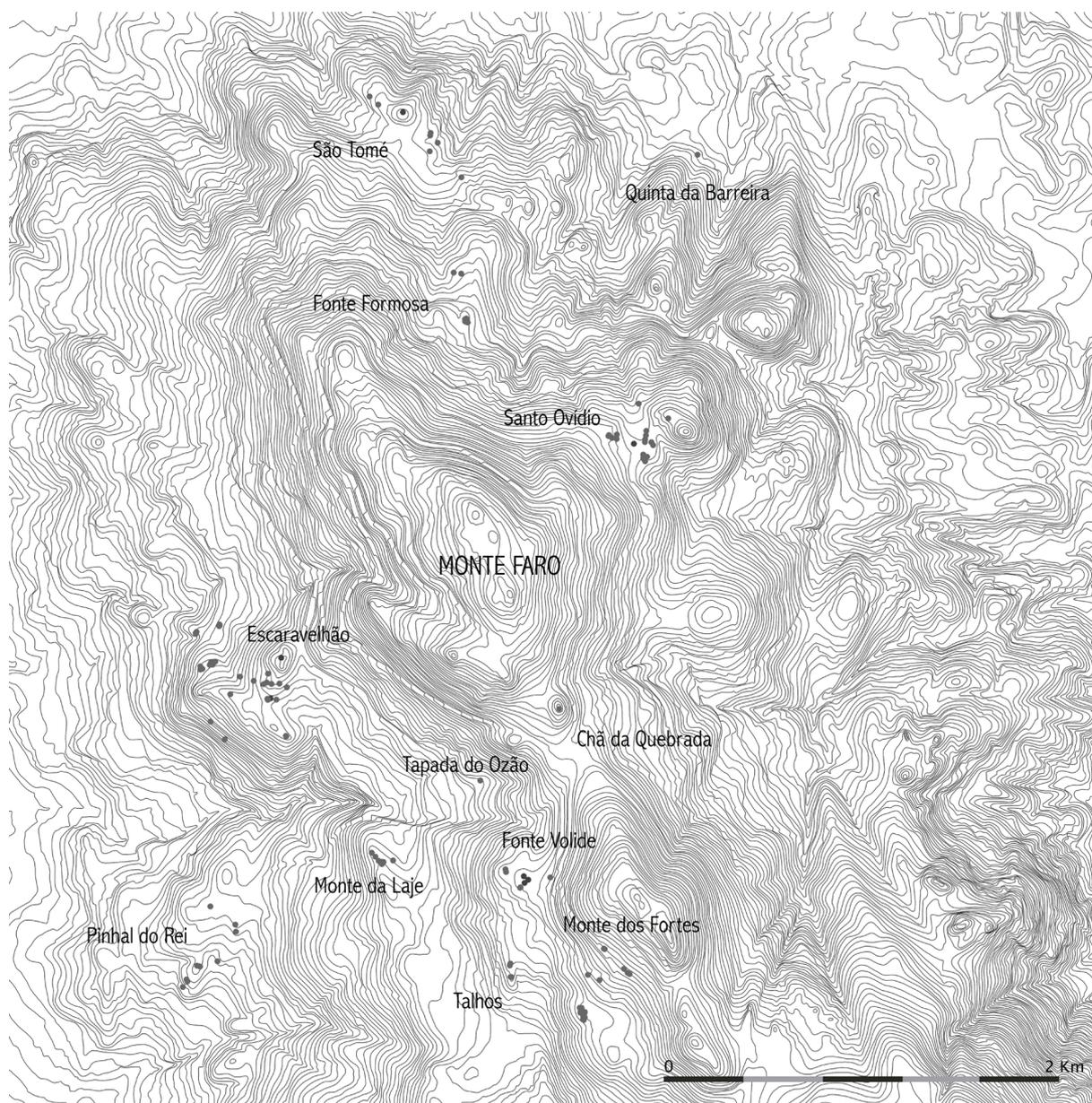
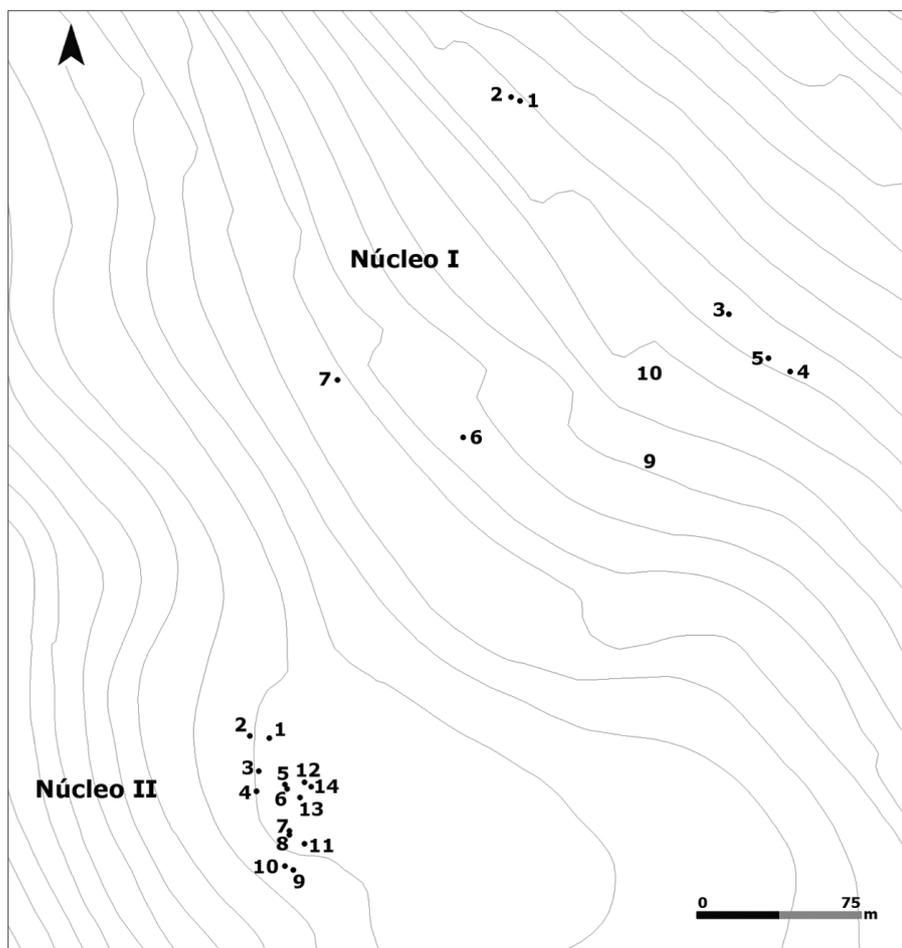


Fig. 2 – Mapa de distribuição dos sítios com arte rupestre inventariados no Monte Faro entre 2013-2015. Aqui se incluem as três rochas gravadas publicadas por A. L. da Cunha e E. J. Silva e as que foram sendo reveladas por Pablo Novoa e colaboradores entre 1998 e 2012.

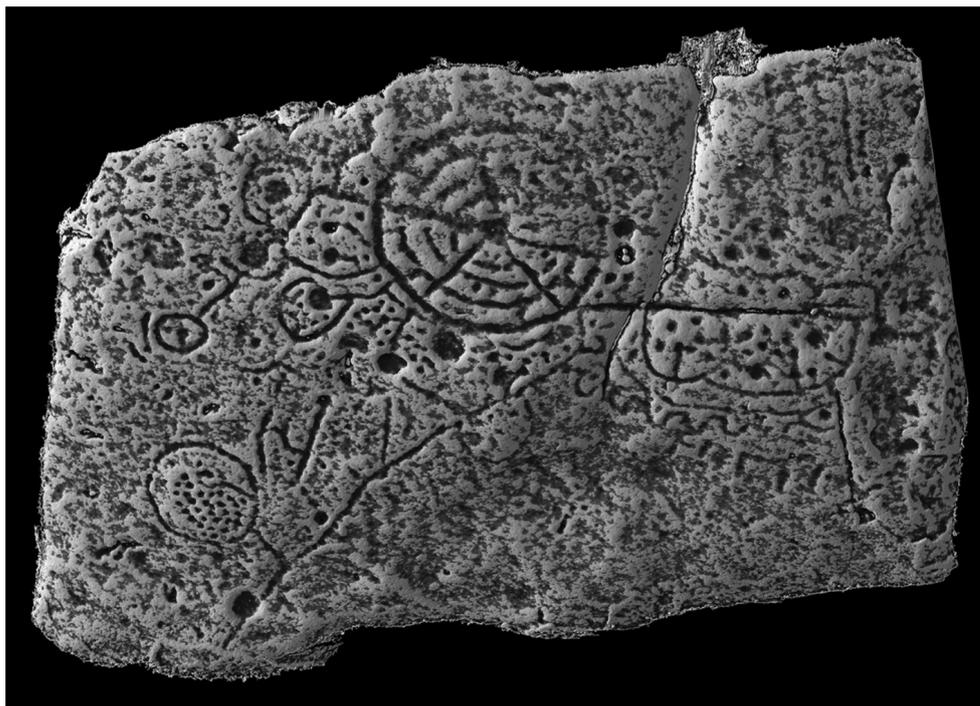


1



2

Fig. 3 – Monte dos Fortes – mapa de distribuição das rochas decoradas (1). Aspecto de uma das ciclópicas combinações de círculos concêntricos insculpidas na rocha 1 do núcleo I. Note-se que a figura se avoluma por se encontrar gravada numa superfície ligeiramente convexa (2).

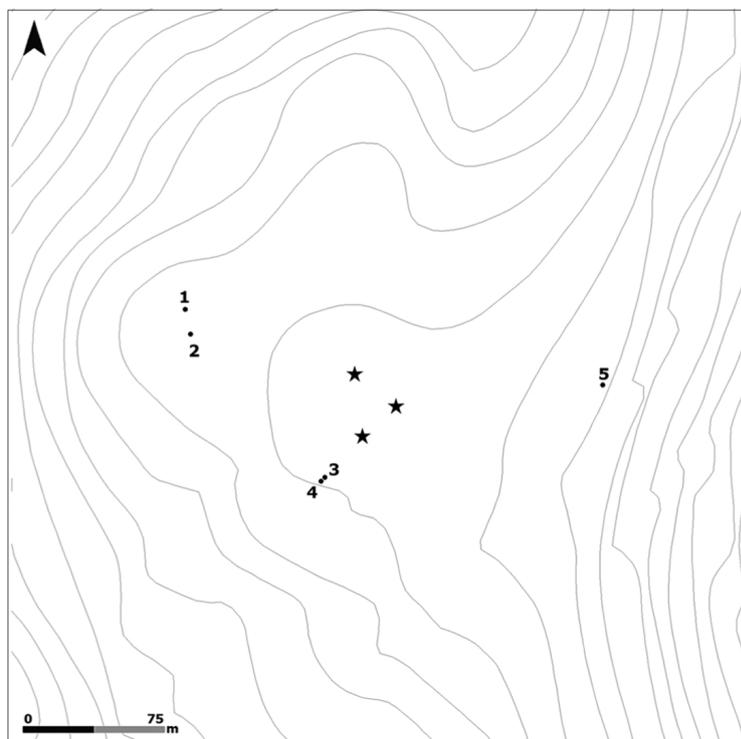


1



2

Fig. 4 - Levantamento por fotogrametria de uma das ocorrências inéditas: a rocha 3 do Monte dos Fortes I (MRM da autoria de Hugo Pires) (1) e fotografia com luz artificial da rocha 6 do Monte dos Fortes II (2).

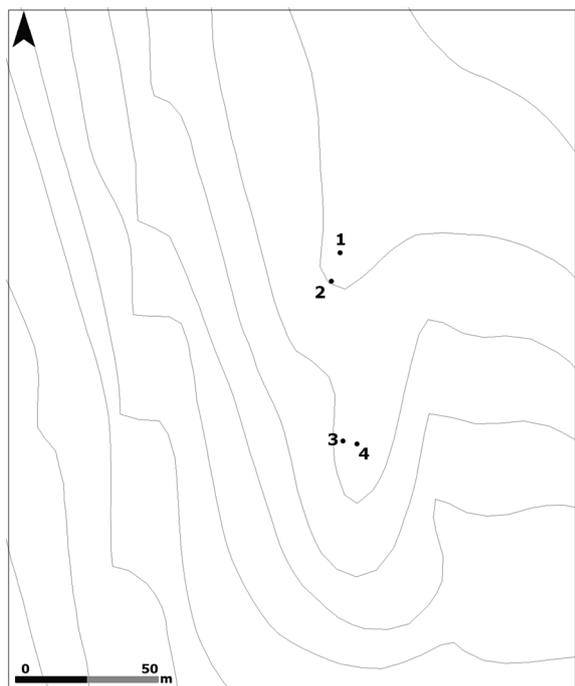


1



2

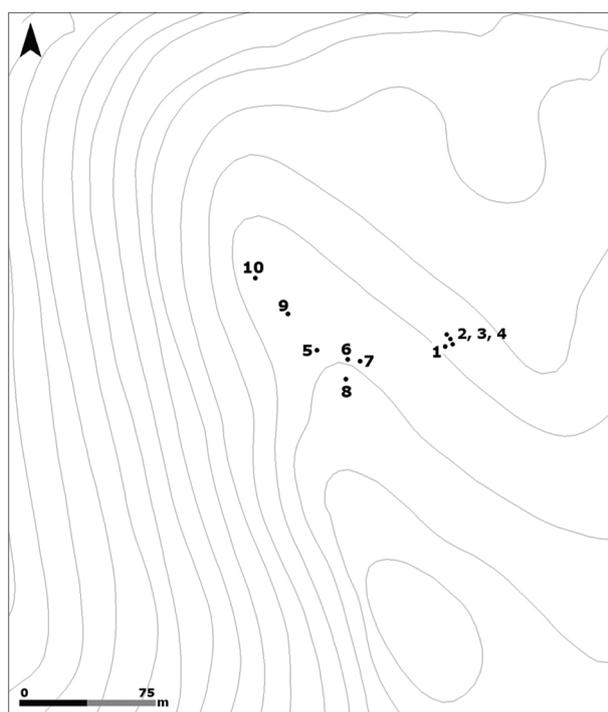
Fig. 5 - Fonte Volide – mapa de distribuição das rochas decoradas (•) e monumentos megalíticos (*) (1). Aspecto de gravuras rupestres presentes na rocha 1 da Fonte Volide sob luz solar rasante (em cima) e registo dessa mesma superfície por fotogrametria (levantamento MRM da autoria de Hugo Pires) (em baixo) (2).



1



2



3



4

Fig. 6 – Talhos - Distribuição das rochas decoradas (1). Fotografia sob luz solar rasante da rocha 1 onde se vislumbra apenas um ténue círculo simples gravado no centro da superfície (2). Monte da Laje - Distribuição das rochas gravadas (3) e aspecto de dois motivos circulares presentes no painel 2 da rocha 6 (4).



1

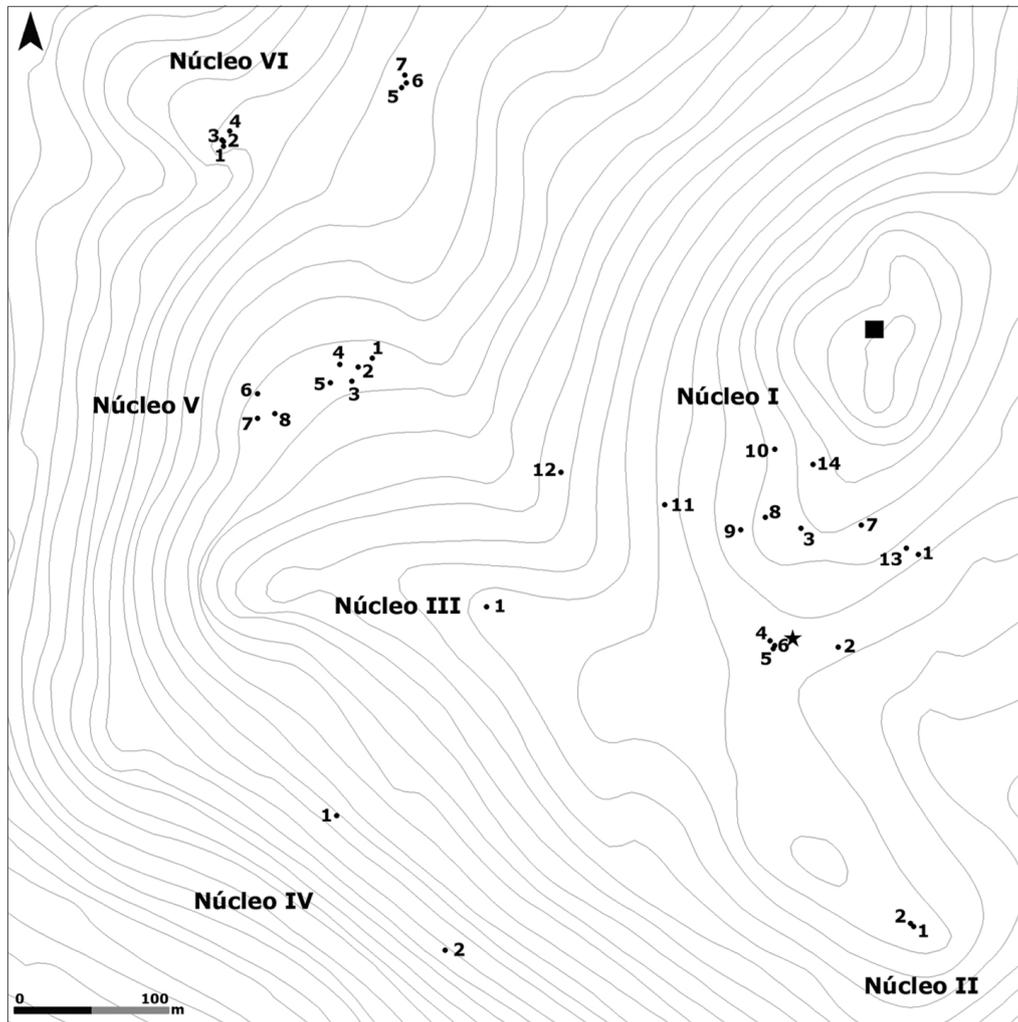


2

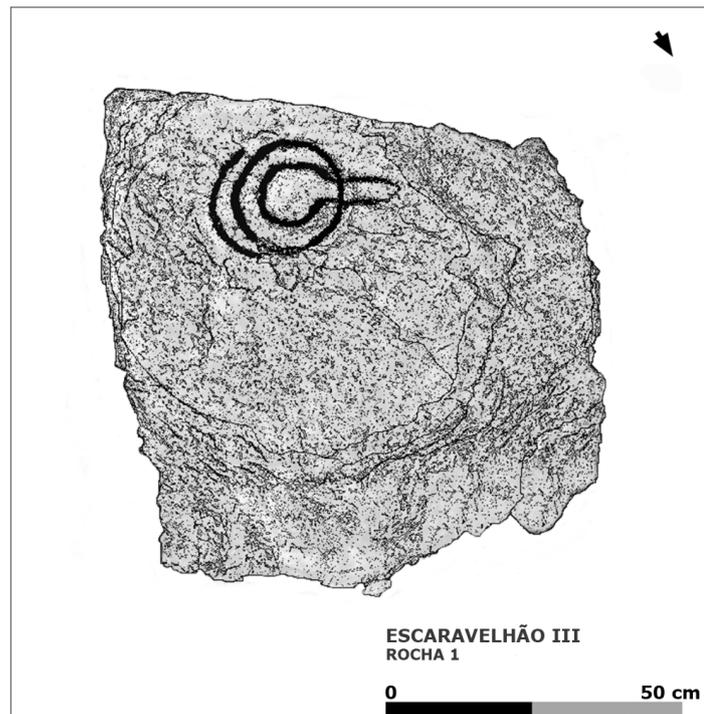


3

Fig. 7 – Monte da Laje - Detalhe de alguns dos motivos circulares que se moldam e/ou circundam protuberâncias circulares no painel 1 da rocha 6 (escala: 10 cm) (2); Fotografia retocada digitalmente de um dos punhais gravados na rocha 1 (3).



1



2

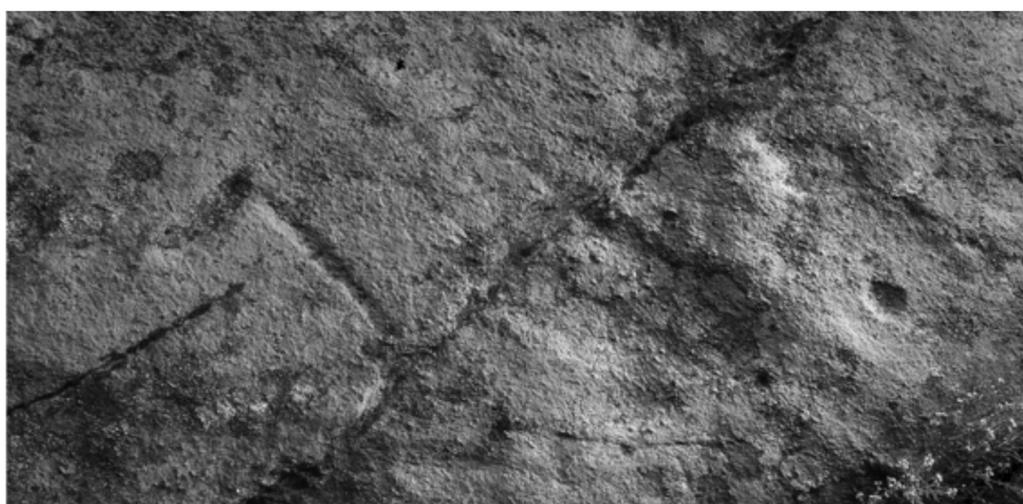
Fig. 8 – Escaravêlho - Distribuição das rochas decoradas, inventariadas entre 2012 e 2015, indicando-se a localização da mamoa (*) e do Alto do Escaravêlho (■) (1). Registo gráfico da rocha 1 do núcleo III.



1



2



3

Fig. 9 - Algumas superfícies gravadas representativas da diversidade figurativa presente no sítio do Escaravelhão, o maior de todo o complexo do Monte Faro. Dois moinhos naviformes escavados na superfície da rocha 7 do núcleo V (1); conjunto de animais gravados na rocha 4 do núcleo I (2); objecto encabado (machado ou alabarda) e covinha na rocha 7 do núcleo I (3).



1



2

Fig. 10 – A Chã da Quebrada vista da encosta do Monte Faro. Os monumentos megalíticos situam-se nas imediações do complexo agro-pecuário que se avista no centro da fotografia. A seta indica a localização da única rocha aqui identificada e que exhibe apenas cruces de termo (1). Tapada do Ozão – aspecto de um sector da composição (2).

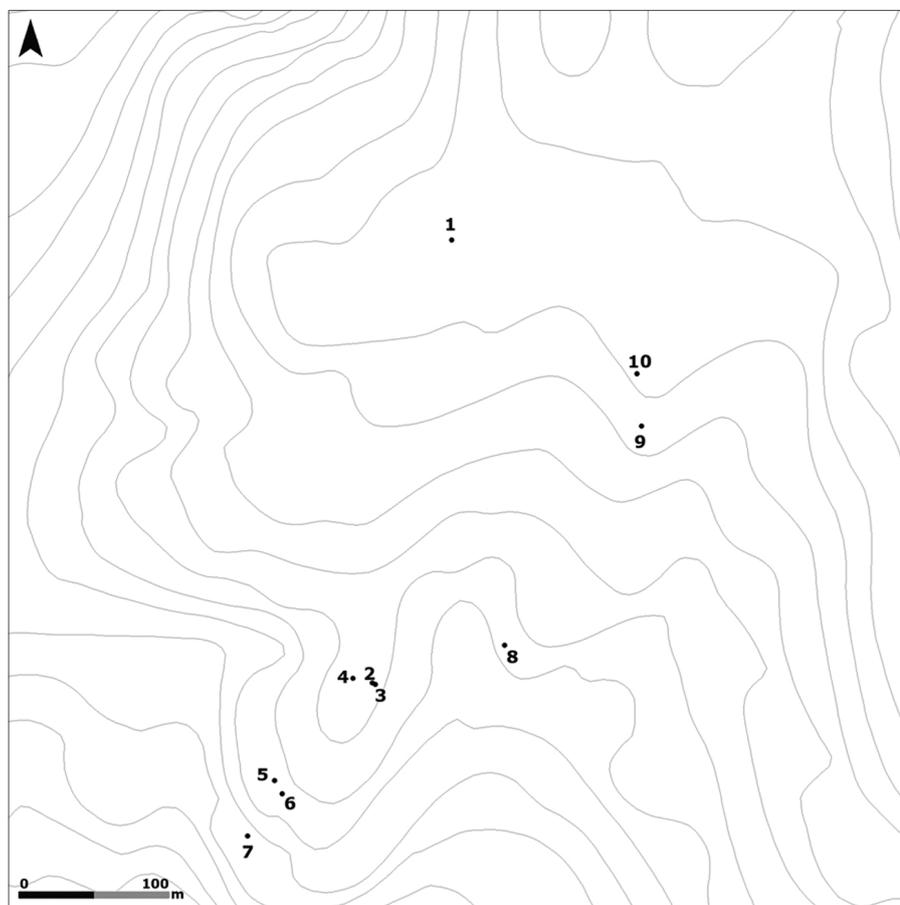
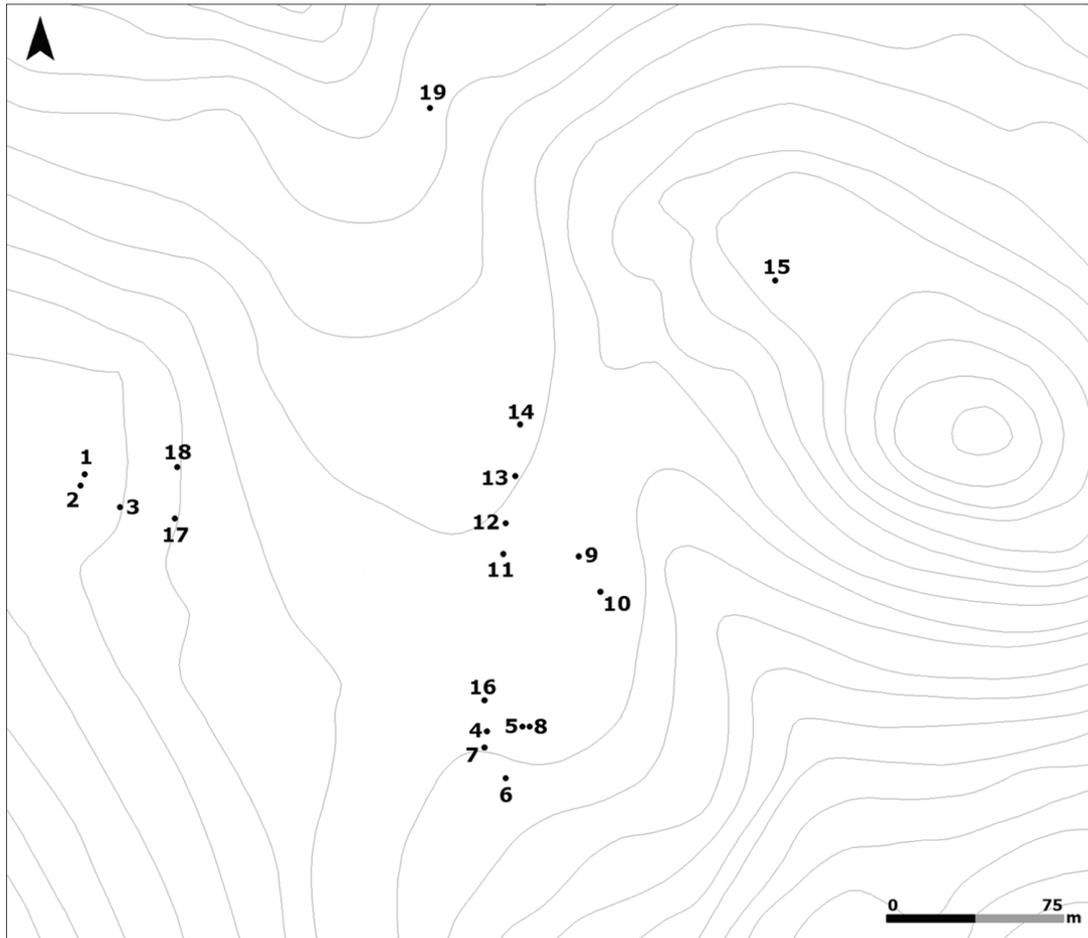
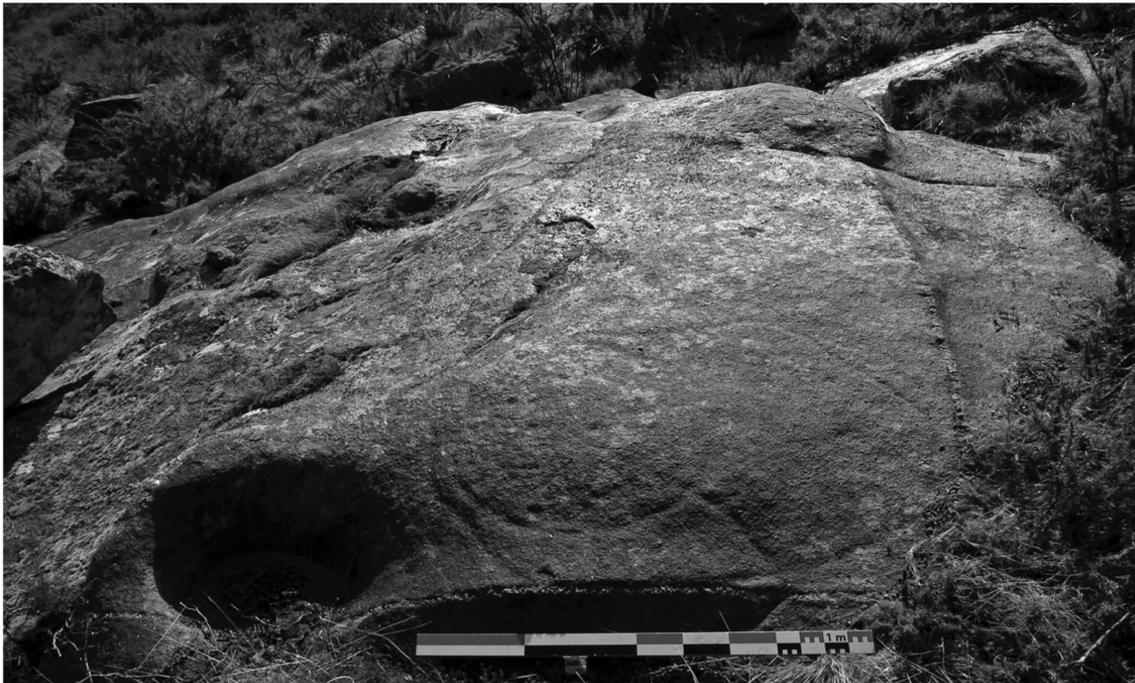


Fig. 11 – Pinhal do Rei – Mapa de distribuição das rochas decoradas (1). Nesta imagem da rocha 3 é possível observar um alinhamento de 4 fossetes e, no topo, um círculo simples, muito delido, preenchido com pequenas covinhas.



1



2

Fig. 12 – Santo Ovídio – Localização detalhada das rochas decoradas (1). A rocha 2 ostenta uma composição geométrico-abstracta, quase imperceptível ao lado de uma concavidade circular natural, associação que se repete noutras superfícies, designadamente na rocha 6 da Fonte Formosa (v. Fig. 13) (2).

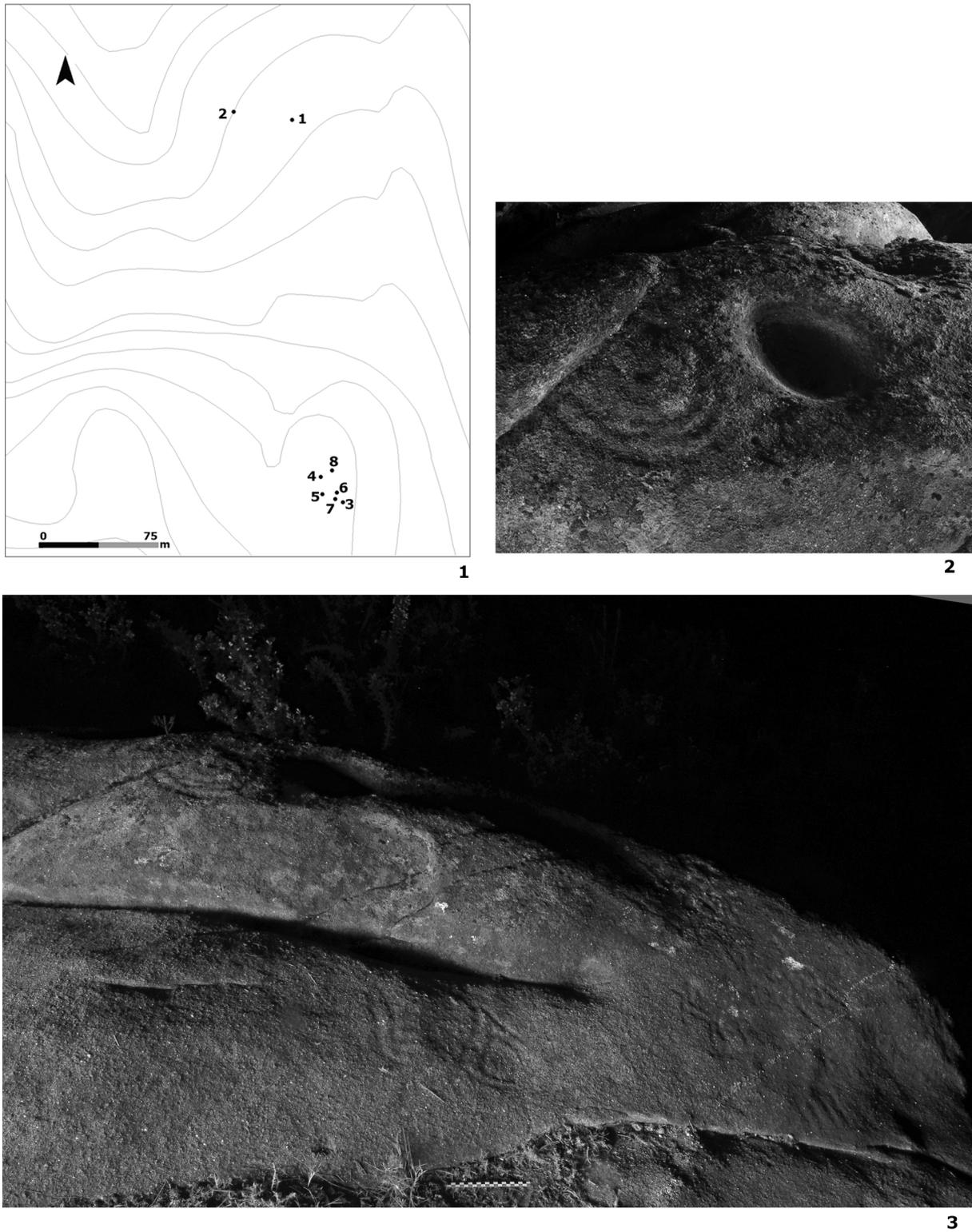
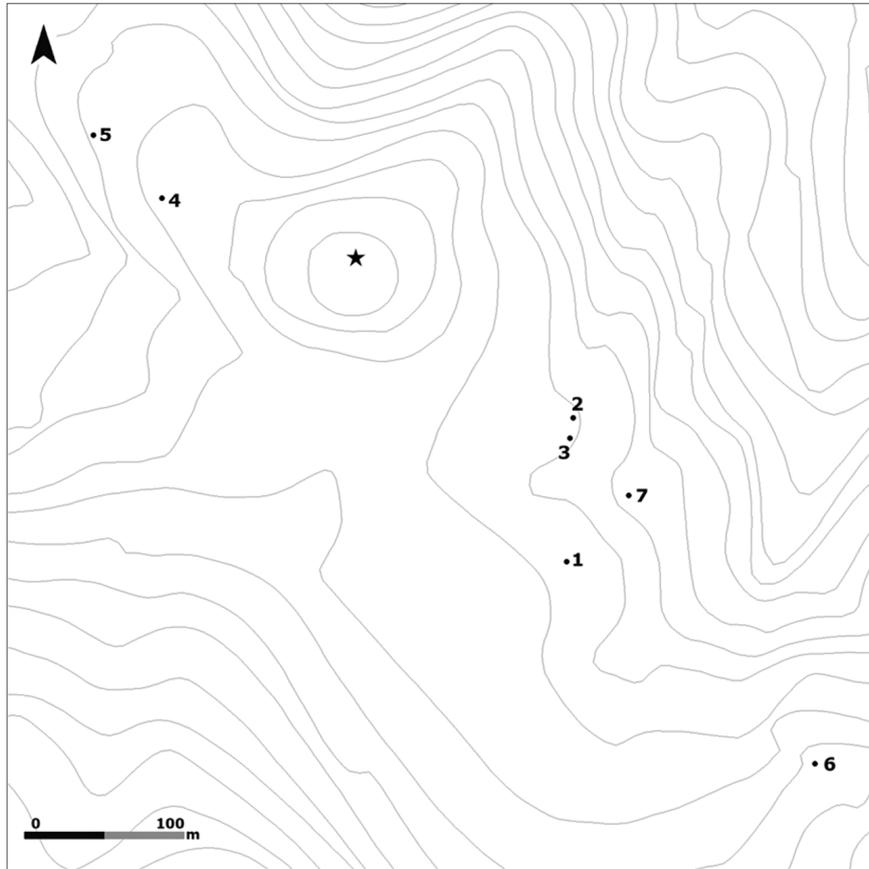


Fig. 13 – Fonte Formosa - Localização detalhada das rochas decoradas (1); vista de pormenor da associação entre uma combinação de círculos concêntricos e uma pia circular natural na rocha 6 (2); fotografia com luz artificial da superfície lateral da mesma rocha que exhibe um conjunto de figuras zoomórficas (3).



1



2

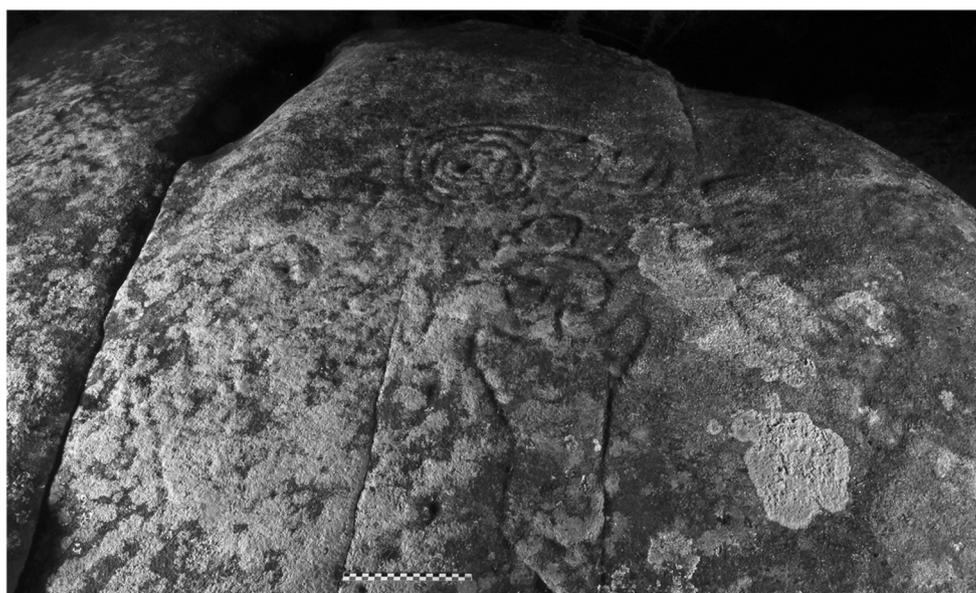
Fig. 14 - São Tomé – Mapa de distribuição das rochas decoradas e do cabeça em torno do qual se parece estruturar o conjunto (*) (1); Aspecto geral das gravuras rupestres da rocha 1 (2).



1



2

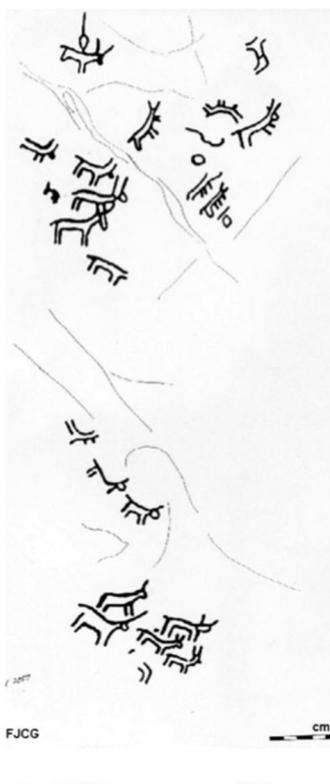


3

Fig. 15 – Aspecto geral da rocha 2 de São Tomé, sob luz rasante artificial (1); detalhe da rocha 3 onde uma figura de feição esquemática se sobrepõe a uma combinação de círculos concêntricos (escala: 10 cm) (2); perspectiva da zona central da rocha 6 de São Tomé na qual se associam motivos circulares, linhas e zoomorfos, sendo que se observam gravuras talhadas com um sulco mais profundo, destacando-se entre estas a singular figura que ocupa o centro da imagem, mas a larga maioria apresenta sulcos bastante erodidos, o que dificulta a sua visualização (3).



1



2

Fig. 16 – Quinta da Barreira – aspecto geral do local de implantação da rocha 1 (1). Registo gráfico da superfície decorada realizado por F. J. Costas (adaptado de NOVOA e COSTAS, 2004).

